



Relatório e Contas
FUNDAÇÃO ALENTEJO



20 10



Relatório e Contas
FUNDAÇÃO ALENTEJO **2010**

ÍNDICE

Apresentação	4
1. Balanço de actividades significativas	6
1.1. EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo.....	6
1.2. Os CNO da Fundação Alentejo.....	12
1.3. A Formação de Adultos	20
1.4. Outras Intervenções.....	27
1.5. Colégio Fundação Alentejo	28
2. Recursos humanos	29
3. Análise económica e financeira.....	34
3.1. Enquadramento	34
3.2. Investimento	34
3.3. Endividamento perante as Instituições Financeiras	36
3.4. Especialização de rendimentos e gastos.....	38
3.5. Responsabilidades de terceiros.....	39
3.5.1. Dívidas de terceiros.....	39
3.5.2. Dívidas a terceiros.....	40
3.6. Rendimentos do exercício	41
3.7. Gastos do exercício	42
3.8. Resultados do exercício.....	44
4. Proposta de aplicação de resultados	45
5. Nota final	46
BALANÇO	48
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	50
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	52
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	54
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	56
BALANCETE ANALÍTICO DA CONTABILIDADE GERAL– DEZEMBRO 2010.....	79

“A educação na Europa deve ser melhorada, do pré-escolar ao ensino superior, para aumentar a produtividade, apoiar os grupos vulneráveis e combater as desigualdades...”

“O objectivo para 2020 consiste em realizar um verdadeiro espaço europeu do conhecimento, que se baseie em infra-estruturas do conhecimento de envergadura mundial, no âmbito das quais todos os intervenientes (estudantes, professores, investigadores, estabelecimentos de ensino, centros de investigação e empresas) beneficiarão da livre circulação das pessoas, dos conhecimentos e das tecnologias (a quinta liberdade).”

ESTRATÉGIA «UE 2020»

O ano de 2010, para a Fundação Alentejo, constituirá um novo marco na afirmação da sua missão de serviço à valorização dos recursos humanos regionais dado que, para além da consolidação das respostas sócio-educativas que vinham sendo dadas pela Fundação, foi, finalmente, lançado o concurso público e adjudicada e iniciada a construção do Colégio da Fundação Alentejo, ao mesmo tempo que se celebrou o 20º aniversário da assinatura do Contrato-Programa que criou a EPRAL e deu início ao projecto hoje corporizado por esta Fundação.

Se numa instituição como a Fundação Alentejo, pela sua natureza e objectivos, cada ano é um novo desafio, traduzido na tomada de decisões, nem sempre fáceis, quase sempre assentes em variáveis difíceis de controlar na sua plenitude e em que o risco impera, este ano constituiu um caso especial ao implicar uma tomada de decisão que, de forma muito significativa, confere à sua missão um perímetro muito mais alargado, com eventuais implicações nos contornos, fundamentos e perfil da própria instituição.

Não foi uma decisão fácil, nem foi uma decisão tomada de ânimo leve, antes assentou numa longa maturação de uma ideia que, desde há muitos anos, vinha fazendo o seu curso nesta instituição e que foi largamente discutida e considerada pelos seus órgãos, como dão conta os documentos de gestão que foram sendo produzidos.

Após o processo de consolidação da intervenção orientada para os jovens, interpretada pela EPRAL, e da consolidação de uma resposta plural para os adultos, traduzida nas ofertas dos CNO e da Formação de Adultos, a Fundação assumiu como seu imperativo e processo natural de crescimento, a sua intervenção no acolhimento e formação escolar das crianças, num esforço que visa o objectivo estratégico de uma oferta que cubra a totalidade do sistema sócio – educativo e formativo pré-universitário.

Na sequência dos passos dados anteriormente, desde a aquisição dos terrenos, à aquisição do respectivo projecto, à elaboração do necessário estudo de viabilidade económica, ao pedido de pareceres às múltiplas entidades com intervenção no sector e ao lançamento do processo de licenciamento junto da Câmara de Évora, impunha-se a tomada de decisão por parte do Conselho de Administração da Fundação, o que veio a acontecer.

Assim, no quarto trimestre de 2010 foi lançado o Concurso Público de Empreitada do Colégio da Fundação Alentejo, nos termos do Código dos Contratos Públicos, tendo o seu curso terminado com a selecção da proposta vencedora, adjudicação, consignação e início da obra em Dezembro de 2010, com um período de construção de 8 meses, que irá decorrer até Agosto de 2011.

Mas o ano de 2010 foi, ainda, marcado por outros eventos com forte repercussão na vida da instituição, designadamente na sua gestão financeira, dada a introdução, com início em Setembro de 2010, de um novo modelo de financiamento para a formação inicial de jovens, no âmbito do POPH – Programa Operacional Potencial Humano, assente na substituição do financiamento com base nos custos reais, até agora em vigor, pela modalidade dos custos unitários, com excepção do apoio a formandos.

A introdução desta modalidade, de há muito esperada e desejada pelas Escolas Profissionais, aconteceu, contudo, num quadro de alguma intranquilidade resultante quer da negociação/fixação dos valores/custos atribuídos aos diferentes cursos, quer do processo de promulgação dos diplomas legais que lhe dão a necessária cobertura.

Desde logo produziu um atraso ao financiamento da formação inicial de jovens (Cursos Profissionais e CEF - Cursos de Educação e Formação), desde Setembro de 2010 até ao final do ano, tendo o primeiro pagamento sido efectuado já em 2011, o que obrigou, sob pena de ruptura, a uma gestão com recurso reforçado/integral a financiamento junto da banca (contas caucionadas).

Por outro lado, implicou a introdução de um conjunto de ajustamentos internos, ainda em curso, no que se refere ao funcionamento interno, face à diferença de gestão das verbas das referidas acções, resultante do novo modo de financiamento e “prestação de contas” desta modalidade, bem

como do recentrar sobre a dimensão pedagógica da actividade da escola, da sua execução física, que constitui a essência do processo de acompanhamento e avaliação da actividade de educação/formação objecto de financiamento.

Estes foram os factos mais significativos, pela sua natureza extraordinária, que marcaram a vida da Fundação Alentejo ao longo de 2010, já que a sua actividade corrente desenvolveu-se da forma que caracteriza uma entidade consolidada e na qual os processos relevantes da sua acção se encontram normalizados, ainda que em constante processo de procura melhorias da eficácia e da qualidade dos serviços prestados.

Fernanda Ramos
Presidente

1- BALANÇO DE ACTIVIDADES SIGNIFICATIVAS

1.1. – A EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo

A EPRAL continua a ser a “marca” mais significativa da Fundação Alentejo, não só porque esteve na sua génese, mas também porque, no presente, continua a ser a sua maior valência, com um número de utentes, em *full-time*, acima dos 800, e consequentemente, aquela que é destinatária da maior percentagem do total de financiamento público concedido à instituição, ao longo de 2010, respectivamente 73,4% desse total para os Cursos Profissionais e 3,8%, para os cursos CEF (Educação e Formação de Jovens).

Em 21 Agosto de 2010 **cumpriram-se 20 anos sobre a criação da Escola**, dado que em 21 de Agosto de 1990 que se procedeu à assinatura do Contrato-Programa que a instituiu, pelo que, ao longo do ano, **foram realizadas actividades que procuraram enfatizar essa efeméride, sinalizando junto da comunidade escolar e da comunidade regional, o carácter pioneiro e inovador que, desde a sua origem tem marcado o nosso projecto** e continua a ser um dos seus traços identificadores.

Centradas em Maio – por ocasião do aniversário da Fundação Alentejo e da Semana das Profissões – e em Setembro – no início do novo ano Escolar - os 20 anos da EPRAL foram pretexto para um conjunto de iniciativas que contaram com o envolvimento de entidade e individualidades nacionais de relevo na esfera da educação e formação profissional.

A primeira das iniciativas, que decorreu no pólo sede, em Évora, sob o lema:

EPRAL - 20 anos de história – uma pequena mostra com muito para contar...

cumpriu o objectivo de fixar a memória dos momentos mais relevantes deste percurso e mobilizou toda a comunidade escolar e a comunidade regional. Organizada em torno de uma exposição fotográfica e da animação de ateliers das diferentes áreas de formação da Escola, esta iniciativa culminou com a realização de um concerto que atraiu milhares de participantes, jovens e adultos que, na Arena de Évora, viveram um momento de significativa partilha inter-geracional.

A segunda iniciativa foi desenvolvida sob a forma de seminários temáticos, com um painel altamente qualificado de intervenções, realizados na primeira semana de aulas do ano lectivo de 2010/2011, entre os dias 8 e 10 de Setembro. Centrados n’ “A Qualificação dos recursos humanos para um desempenho profissional de excelência”, nas três áreas de oferta permanente da EPRAL (a Hotelaria e Turismo, a Multimédia e o Apoio à Infância), os quais mobilizaram toda a comunidade escolar.

No terceiro desses Seminários, no dia 10 de Setembro, no Auditório da CCDRA, procedeu-se à iniciativa de encerramento do ciclo de comemorações dos 20 anos da criação da EPRAL, com uma intervenção de fundo da Dra. Margarida Marques, tendo como tema:

20 anos de criação da EPRAL

“O Modelo Educativo das Escolas Profissionais – Inovação Organizativa e Pedagógica”.

A Dra. **Margarida Marques, actual Representante da Comissão Europeia em Portugal**, integrava, em 1990, a equipa do GETAP, da qual era Sub-Directora, e foi uma das mentoras do modelo que esteve na base do lançamento deste subsistema.

Nessa mesma ocasião, a comunidade educativa da EPRAL, secundada por mais de 20 personalidades nacionais que estiveram na génese do processo de criação das Escolas Profissionais prestaram **homenagem àquela que foi a primeira Directora da EPRAL e, por uma década, Presidente da Associação Nacional das Escolas Profissionais, a ANESPO: Fernanda Ramos.**

Em termos gerais, conforme evidencia o presente Relatório e Contas, registámos, em Setembro de 2010, o **reforço da intervenção da EPRAL, no nível secundário/ nível IV de qualificação profissional** (assim classificado, por força do Portaria 782/2009, que, por “Recomendação” do Parlamento Europeu, reorganizou os níveis de qualificação profissional, passando dos 5 níveis existentes até Outubro de 2010, para 8 níveis de qualificação profissional, pelo que os Cursos Profissionais, ao conferirem o 12º de escolaridade e uma qualificação profissional, passam do nível III de qualificação para o nível IV), com o crescimento da sua oferta de 39 para 40 turmas e de 745 para 787 formandos, no conjunto dos três pólos, conforme se pode observar pela análise nos Quadros 1 e 2.

Formandos/Cursos Profissionais – Ano Lectivo 2009/2010

1 – Total de formandos/alunos e turmas, por ano e pólo - Julho de 2010

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	170	8	206	10	133	7	509	25
Estremoz	51	3	48	3	37	2	136	8
Elvas	32	2	31	2	37	2	100	6
TOTAL	253	13	285	15	207	11	745	39

Formandos/Cursos Profissionais – Ano Lectivo 2010/2011

2 – Total de alunos e turmas, por ano e pólo – Novembro de 2010

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	210	9	168	8	201	10	579	27
Estremoz	34	2	51	3	47	3	132	8
Elvas	14	1	31	2	31	2	76	5
TOTAL	258	12	250	13	279	15	787	40

Fonte: EPRAL – DSA – Nov.2010

Este crescimento ficou a dever-se ao aumento de turmas e formandos no pólo sede (Évora) o qual compensou a redução verificada no pólo de Elvas, no qual, por razões demográficas daquela sub-região e pela oferta das escolas públicas locais, se vem afirmando a dificuldade de reposição de turmas e formandos.

No que se refere aos cursos de nível 2 (CEF), cuja oferta foi, desde o início, considerada como residual e em resposta a uma solicitação pontual do Ministério da Educação, a mesma não acompanhou aquele crescimento, antes tendo-se limitado às turmas que transitaram do 1º para o segundo ano. Esta situação decorreu do entendimento da própria DREA, a qual considera que essa resposta (CEF) deve ser dada preferencialmente no âmbito das Escolas de 3º ciclo que já vinham sendo frequentadas pelos seus potenciais destinatários.

Desta opção decorre a redução do número de alunos/ turmas que se pode verificar pela análise dos quadros 3 e 4.

Formandos/ CEF – Cursos de Educação e Formação – Ano Lectivo de 2009/2010

3 – Total de alunos e turmas, por ano e pólo (Nível 2)

EPRAL	1º Ano		2º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Évora	-	-	22	2	22	2
Estremoz	17	2	10	1	27	3
TOTAL	17	2	32	3	49	5

Fonte: FA/Epral – DSA – Julho2010

Formandos/ CEF – Cursos de Educação e Formação – Ano Lectivo de 2010/2011

4 – Total de alunos e turmas, por ano e pólo (Nível 2)

EPRAL	2º Ano		TOTAL	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
Estremoz	15	2	15	2
TOTAL	15	2	15	2

Fonte: FA/Epral – DSA – Nov.2010

Refira-se, contudo, que este tipo de oferta, constituindo um desafio diferente e mais exigente, no que se refere ao acompanhamento psico-pedagógico, dadas as problemáticas do quadro familiar de origem e das respectivas histórias de vida, pode ser assumida como um processo de aproximação destes públicos ao Ensino Profissional e consequente continuação para um Curso Profissional de nível 4.

Foi esta a estratégia seguida, com grande envolvimento das equipas de docentes, das DTP e do GAOVE, tendo permitido que 17 dos formandos que concluíram aquele nível tenham feito a sua inscrição, preferencialmente, em área afim de nível 4, na nossa escola. Foi um trabalho muito exigente, com um enquadramento financeiro reduzido, mas altamente gratificante no plano socioeducativo.

Assim, a EPRAL, graças à dinâmica da sua Direcção e dos seus quadros, voltou a crescer ao longo de 2010, mesmo no cenário que se afigurava complicado, do alargamento dos Cursos Profissionais na rede pública do Ensino Secundário.

Cresceu em número de alunos, registou assinaláveis ganhos no que respeita ao sucesso educativo dos seus formandos com valores, na sua generalidade, acima dos **90% de taxa de conclusão dos respectivos cursos**, e em todos os três pólos da Escola, a que não é estranho a dedicação e empenhamento dos respectivos Orientadores Educativos e da generalidade dos seus formadores.

Conforme quadro abaixo, dos 207 formandos que frequentaram o 3º ano no ano lectivo de 2009/2010, 196 (94,7%), concluíram com sucesso o seu percurso formativo, incluindo a apresentação pública da respectiva prova de aptidão profissional (PAP).

Ciclo de Formação 2007-2010

5 - Conclusão da Formação/ Diplomados – Volume /Porcentagem e Média das PAP

Curso Profissional	Diplomados		Média Class. PAP
	Total	%*	
PÓLO de ÉVORA	125	92,5	16,3
Técnico de Apoio à Infância	17	100,0	16,7
Técnico de Construção Civil	18	94,7	17,4
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	22	95,6	15,9
Técnico de Multimédia	18	94,7	16,2
Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar	17	100,0	15,7
Técnico de Recepção	15	83,3	16,9
Técnico de Restauração	16	80,0	16,6
PÓLO de ESTREMOZ	34	91,9	13,7
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	17	89,5	13,3
Técnico de Multimédia	17	94,4	14,0
PÓLO de ELVAS	37	100,0	14,0
Técnico de Apoio à Infância	20	100,0	15,4
Técnico de Multimédia	17	100,0	12,3

* percentagem de alunos que frequentaram o 3º ano e concluíram o curso com sucesso.

Fonte: FA/Epral - DSA – Março 2011

Igualmente é de registar, mais uma vez, a capacidade demonstrada pela Direcção, Direcções Técnico-Pedagógicas e pelos Responsáveis de Curso, ao longo de 2010, ao **envolver largas dezenas de empresas e instituições, criteriosamente seleccionadas, no processo de desenvolvimento da Formação em Contexto Real de Trabalho/Estágio Curriculares**, bem como de **integrar no processo de avaliação das Provas de Aptidão Profissional entidades externas de referência regional e nacional, do mundo empresarial/institucional e do mundo sindical**, em todas as áreas de formação.

Assim, no quadro da Escola Profissional, a Fundação Alentejo **consolidou e reforçou a sua resposta orientada para os jovens** e confirmou a **capacidade do seu projecto educativo e das suas práticas pedagógicas, de gerarem níveis elevados de eficácia interna** (combate ao abandono escolar e conclusão da formação com sucesso educativo) e **externa** (transição qualificada para um posto de trabalho).

A Fundação Alentejo, continuou a apostar no **reforço da estabilidade do corpo docente da EPRAL, designadamente pela racionalização/envolvimento destes recursos no quadro das restantes valências (Formação de Adultos), como se demonstrará adiante.**

A **promoção da valorização profissional dos seus docentes foi objecto da necessária atenção**, não só por uma prática sistemática fomentadora da auto-formação e da partilha e reflexão sobre as experiências/práticas pedagógicas do corpo docente, bem como pela organização e desenvolvimento de acções estruturadas de formação internas (“novas tecnologias ao serviço da educação” e “Implicações do Acordo Ortográfico na formação”). Estas últimas Acções de Formação, desenvolvidas internamente, envolveram

respectivamente, 28 e 47 formadores, e tiveram um total de 27 (25 +2) horas presenciais e 8 (5 +3) horas de trabalho individual não presencial.

De forma complementar, foi promovida a divulgação/autorização para a frequência de acções externas, orientadas para o desempenho específico de cada formador ou para o seu enriquecimento académico (Mestrados e Pós-graduações), num total de 1.761 horas de formação externa frequentadas por 49 dos colaboradores internos.

Em 2010 foi implementado o **novo modelo de avaliação**, que se quis e construiu como **indutor de práticas crescentemente melhoradas** e da necessária **promoção do mérito e da dedicação**. Neste mesmo ano, em Julho, foi concluído com sucesso, o primeiro ciclo de avaliação dos formadores que detinham um vínculo laboral a termo certo e deu-se início ao ciclo completo de avaliação dos formadores que constituem o corpo docente permanente da entidade (contratos sem termo), cujo ciclo terminará no final de 2011. Estas práticas de avaliação, coordenadas no terreno pelas DTP, assentaram na assistência a aulas e na verificação da qualidade/adequação dos materiais pedagógicos e constituíram, em si mesmas, verdadeiras oportunidade de formação e de partilha, bem como de auto-regulação. Refira-se que a renovação do vínculo contratual dos formadores, em Setembro, para o ano lectivo de 2010/2011 entrou em linha de conta com os resultados daquela avaliação.

A Fundação Alentejo, apostou igualmente, **na actualização das tecnologias e demais recursos educativos** postas ao serviço da formação, com significativo investimento feito ao longo do ano de 2010 (> a 150.000 euros). Também mereceu a necessária atenção do Departamento de Gestão de Instalações e Equipamentos a necessária **conservação e renovação dos espaços utilizados para a formação**.

Em resultado da experiência acumulada e da clara vantagem decorrente para os formandos, face à necessidade de **promover uma efectiva igualdade de oportunidades para todos, a Fundação Alentejo continuou a promover a sua adesão às actividades extra-curriculares**, através do acesso, pós-horário lectivo, aos espaços pedagógicos da Fundação Alentejo, aos seus Centros de Recursos, com o acompanhamento dos recursos humanos necessários.

No âmbito da **cooperação com o espaço da Lusofonia**, a Fundação Alentejo autorizou a selecção de um novo grupo de formandos, para integração, nas turmas iniciadas em Setembro de 2011, Escola Profissional, concretizada através do **acolhimento de 16 jovens oriundos dos PALOP, respectivamente 13 da República de Cabo Verde e 3 da Republica de São Tomé**. Esta cooperação realiza-se ao abrigo dos Protocolos celebrados com entidades daqueles países membros da CPLP, conforme quadro 7. Desta forma, a EPRAL, manteve o número de vagas que vinha sendo disponibilizado para o esforço da cooperação, dado que estes formandos vieram ocupar as “vagas” deixadas pelos 17 jovens oriundos daqueles países que integravam o ciclo de formação de 2007/2010 e que terminaram, com sucesso, a sua formação em Julho de 2010, conforme quadro 6.

Cooperação FA/EPRAL – PALOP

6 – Formandos dos PALOP na EPRAL – Ano Lectivo de 2009/2010

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL		Total PALOP
	CV	ST	CV	ST	CV	ST	CV	ST	
Évora	-	4	12	10	3	1	15	15	30
Estremoz	-	8	13	-	13	-	26	8	34
Elvas	-	5	-	-	-	-	-	5	5
TOTAL	-	17	25	10	16	1	41	28	69

Fonte: FA/EPRAL – DSA – Julho 2010

7 – Formandos dos PALOP na EPRAL – 2010/2011

EPRAL	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL		Total PALOP
	CV	ST	CV	ST	CV	ST	CV	ST	
Évora	13	1	-	4	12	9	25	14	39
Estremoz	-	-	-	8	13	-	13	8	21
Elvas	-	2	-	5	-	-	-	7	7
TOTAL	13	3	-	17	25	9	38	26	67

Fonte: FA/EPRAL – DSA – Jan. 2011

Esta experiência de cooperação, como tem sido referido, **apesar dos desafios e esforços que implica, traduz-se numa experiência positiva pela abertura à multiculturalidade e cosmopolitismo** que confere às vivências dos nossos formandos.

Considerando a nossa realidade desconcentrada em três pólos, **entendeu o Conselho de Administração da Fundação manter, a par do Diploma de Mérito** (melhor nota do conjunto dos três pólos) **duas Menções Honrosas de Mérito Escolar** para os melhores notas dos restantes dois pólos. Esta foi uma prática pacífica e muito bem acolhida e compreendida pela comunidade escolar, sinal do reconhecimento da cultura de exigência e esforço em que assenta o nosso projecto educativo.

Por último refira-se que, ao longo de 2010, a Direcção da EPRAL, a DTP e a Secretaria-Geral da Fundação estiveram envolvidas no grupo restrito de entidades que, sob coordenação da Anespo e da ANQ, irão produzir um Guião para a harmonização e

desenvolvimento dos Projectos Educativos das Escolas com Cursos Profissionais. Este trabalho estará pronto no início de 2011 e prevê-se a sua apresentação pública em Maio deste ano, na sequência da qual se procederá à revisão/actualização dos instrumentos de enquadramento e gestão da EPRAL.

1.2. – Os CNO da Fundação Alentejo

No quadro das respostas orientadas para os adultos o ano de 2010 veio-se a confirmar como marcante. A abertura pela ANQ – Agência Nacional para a Qualificação, de um novo concurso para o biénio de 2010/2011, a par da possibilidade criada pelo POPH – Programa Operacional do Potencial Humano de proceder a uma candidatura financeira igualmente plurianual (até Dezembro de 2011), veio criar uma nova dinâmica a par de novas exigências e desafios.

Os CNO – Centros Novas Oportunidades de Évora e de Elvas, desenvolveram a sua acção tendo em conta os respectivos Planos de Estratégicos de Intervenção definidos e aprovados para o biénio de 2010/2011, em sede da referida candidatura plurianual submetida à ANQ – Agência Nacional da Qualificação.

As actividades desenvolvidas ao longo de 2010, tendo em conta aqueles documentos estratégicos, organizaram-se em torno dos seguintes quatro vectores:

1 - Estabelecimento de contratos-programa com parceiros diversificados

A celebração de Contratos-Programa/ Protocolos de Cooperação com diversas entidades do território de intervenção, continuou a merecer um investimento muito significativo por forma a potenciar o envolvimento dos diversos actores no aumento de qualificação dos activos. Este trabalho reveste-se de uma importância muito particular, pois é próximo das instituições de referência e dos territórios dos públicos mobilizáveis que poderemos envolver os agentes e os destinatários desta intervenção. Assim, durante o ano, foram estabelecidas parcerias e contactos tendentes à concretização de outras, conforme expresso no Quadro I:

Quadro I – Novos Protocolos – CNO de Évora

Nome da Entidade	Data de estabelecimento	Âmbito
ARASS – Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social	24/02/2010	C
EPE - Estabelecimento Prisional de Évora	19/04/2010	B
ACR - Adegas Cooperativas de Redondo	04/06/2010	B
ACDE – Associação Comercial do Distrito de Évora	08/09/2010	A
APPACDM - Associação Portuguesa Pais Amigos do Cidadão Deficiente Mental	02/11/2010	B

Fonte: FA/CNO- Évora – Fev. 2011

- A- Identificação de empresas cujos empregadores e/ou empregados detenham baixos níveis de escolaridade e respectiva mobilização para adesão às sessões de sensibilização promovidas pelo CNO
- B- Distribuição de materiais promocionais do CNO, mobilização de potenciais candidatos para sessões de sensibilização e cedência de espaços
- C- Distribuição de materiais promocionais do CNO e mobilização de potenciais candidatos para sessões de sensibilização

2- Deslocalização da intervenção / Itinerâncias

Este trabalho é realizado tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia de discriminação positiva face aos Adultos que, pelas mais diversas circunstâncias, apresentam constrangimentos ao nível da sua mobilidade/deslocação para o CNO. Neste âmbito, através do CNO de Évora, realizaram-se intervenções em diversas freguesias rurais do Concelho de Évora, e no Concelho de Redondo, de acordo com o mencionado no Quadro 2;

Quadro 2– Itinerâncias – CNO de Évora

Entidade / Localidade	Nível Básico				Nível Secundário			
	Início		Conclusão		Início		Conclusão	
	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos	Data	Nº Adultos
Centro Social e Paroquial/ Torre de Coelheiros	26/11/09	16	28/12/10	7	17/11/09	10	28/07/10	1
Adegas Cooperativas/ Redondo	8/11/010	13	em curso		12/11/10	10	em curso	

Suão/S. Miguel de Machede	28/10/09	6	10/08/10	6	14/10/09	7	22/12/10	1
Grupo de Jovens/ Nª Senhora de Machede	Intervenções desenvolvidas em anos anteriores				20/10/09	10	05/08/10	4
Junta de Freguesia dos Canaviais					20/10/08	13	27/12/10	7

Fonte: FA/ CNO Évora – Fev.2011

No que respeita ao CNO de Elvas, durante o ano 2010, actuou nas regiões mais próximas do nosso centro, dentro da área de intervenção do mesmo (Elvas e concelhos limítrofes do Distrito de Portalegre/NUT III – Alto Alentejo). Foi dada continuidade a contactos já existentes e procedeu ao contacto inicial com novas entidades.

I - Entidades com as quais demos continuidade aos contactos

- Câmara Municipal de Elvas;
- Câmara Municipal de Campo Maior;
- Câmara Municipal de Monforte;
- Junta de Freguesia de Vila Boim;
- Junta de Freguesia de Vila Fernando;
- Junta de Freguesia de Santa Eulália;
- Bombeiros Voluntários de Elvas;
- Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano;
- Estabelecimento Prisional de Elvas;
- Grupo SONAE Elvas;
- Museu Militar de Elvas;
- Lar Júlio Alcântara Botelho;
- Intermarché de Elvas.

II - Entidades contactadas em 2010

- Associação Empresarial de Elvas;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Município de Arronches;
- Junta de Freguesia de Terrugem;
- Junta de Freguesia de S. Vicente;
- Junta de Freguesia de Barbacena;
- Grupo SONAE – Portalegre;
- Pequenas e médias empresas locais.

Após estes contactos foi possível realizar acções de divulgação/sensibilização bem como estabelecer protocolos de cooperação,

3 - Segmentação da intervenção

No CNO de Évora, a segmentação da intervenção visou aprofundar o trabalho já anteriormente iniciado junto de públicos em situação de desvantagem – reclusos, pessoas encaminhadas pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho de Évora e Pessoas Com Deficiências e Incapacidades (PCDI).

Neste âmbito, destacamos a intervenção no EPE – Estabelecimento Prisional de Évora onde, durante o ano em apreço, foram certificados 3 Adultos de NB e 9 de NS (um dos quais já frequente o Ensino Superior).

Na sequência deste trabalho e numa lógica de continuidade do trabalho prevê-se a organização de grupos para frequência de UFCD e, ainda, a mobilização dos funcionários do EPE. No que se refere às PCDI, iniciámos trabalho conjunto com técnicos da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) na perspectiva da apropriação e operacionalização do Guia Metodológico para Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidades ao Processo RVCC – nível básico. Pela complexidade que este trabalho assume, iremos continuar a investir na nossa formação, designadamente junto de colegas de CNO's com experiência já firmada, numa metodologia de formação-acção balizada pela estreita cooperação entre os técnicos da APPACDM e a consultoria do CNO da Arrábida (em princípio)

4 - Contrato de gestão partilhada de objectivos

Em Évora, este trabalho foi realizado na perspectiva do aprofundamento do trabalho em rede já desenvolvido na Rede de Centros Novas Oportunidades no Concelho de Évora. Esta articulação tem permitido o desenvolvimento da harmonização de diversas práticas,

a clarificação e operacionalização de orientações, a gestão da intervenção em termos territoriais, a clarificação de percursos de Adultos, entre outros. O alargamento da Rede aos Concelhos de Arraiolos, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo está prevista para o início de 2011.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Inscritos

Atendendo à dificuldade na mobilização de Adultos, após 10 anos de intervenção no território e face à proliferação de CNO na generalidade dos concelhos, foram desenvolvidos um conjunto de acções as quais contribuíram para a consecução dos objectivos em causa: a continuação de inscrição de utentes.

Neste contexto, privilegiou-se uma intervenção, orientada para públicos específicos, a saber:

1. Cidadãos em situação de desvantagem (sócio-económica, PCDI, sócio-emocional...);
2. Trabalhadores de IPSS;
3. Outras entidades/empresas cujos número de colaboradores com baixas qualificações justificou a sensibilização da entidade empregadora

Conscientes dos compromissos assumidos, temos desenvolvido todas as acções que consideramos serem potenciadores do público a mobilizar.

Ainda no mesmo sentido, temos procurado dar a conhecer à comunidade eborense, através do Jornal Diário do Sul, algum do nosso trabalho, através de testemunhos de Adultos certificados pelo nosso CNO e, ainda, noticiando aspectos concretos do nosso trabalho relacionado e a abertura para a comunidade, sensibilizando o potencial público para a importância da qualificação.

Face ao esforço desenvolvido, consideramos que ficámos aquém do que seria expectável. Neste sentido, e porque existem mais dois CNO no Concelho de Évora entendemos, no seio da Rede de Centros Novas Oportunidades, determinar os territórios em que cada CNO intervém, bem como ao nível das entidades/empresas que potencialmente se constituirão como parceiros activos. Assim, foi determinado o seguinte:

Território preferencial de intervenção - Évora

Unidade/Instituição	CNO – Fundação Alentejo
Freguesias	Canaviais S. Miguel de Machede S. Sebastião da Giesteira Guadalupe Torre de Coelheiros N ^a Sra. de Machede N ^a Sra. da Boa Fé Horta das Figueiras
Empresas	McDonald's REMAX PROSEGUR Sta. Casa da Misericórdia de Évora Estabelecimento Prisional de Évora Águas do Centro Alentejo Universidade de Évora Hospital do Espírito Santo

Fonte: FA/CNO- Évora – Fev. 2011

Relativamente a outras intervenções que poderemos (poderíamos) desenvolver em regime de itinerância junto dos concelhos da NUT III que não detêm CNO, o nosso trabalho encontra-se condicionado pelo facto de o CNO do Centro Profissional de Évora realizar itinerâncias em toda a NUT II, uma vez que existem Centros de Emprego ou extensões na maioria das localidades.

Potenciando todas as oportunidades que consideramos contribuir para a mobilização dos Adultos com baixas qualificações e, de alguma forma, contribuir para a identificação do CNO como uma estrutura aberta e facilitadora da qualificação das pessoas desenvolvemos, ainda, as seguintes acções:

- EPRAL / Fundação Alentejo

De acordo com a nossa prática, relativamente à informação/sensibilização dos pais/encarregados de educação dos novos alunos da Escola Profissional, também este ano, foi realizado um *mailing*; pretendemos, com esta iniciativa, passar a mensagem da aprendizagem ao longo da vida e, neste caso em particular, realçar a oportunidade de, aproveitando a proximidade com a instituição formativa em causa, apelar ao envolvimento dos Adultos.

Divulgação do Curso de Qualificação para Estudos Superiores – Universidade Aberta -Julho/2010

De acordo com as orientações da ANQ, organizámos uma *task-force* com o objectivo de divulgar e mobilizar os Adultos certificados de NS os quais, durante o Processo de RVCC, desenvolveram a expectativa de ingresso no Ensino Superior. Neste sentido, foram realizados contactos telefónicos (certificados em 2008 e 2009), organizadas sessões de informação e, *inclusive*, apoio personalizado à própria candidatura.

Neste nosso trabalho, em que a necessidade de inovar, flexibilizar, individualizar e gerir o imprevisto é, de facto, uma constante, tem sido apanágio da nossa intervenção potenciar todos os momentos que contribuam para o nosso crescimento técnico-científico e de adequação às *necessidades dos cenários onde operamos*. E esta dimensão do nosso trabalho tem sido concretizada, quer pela vertente da participação enquanto formandos mas, também, enquanto formadores e parceiros em trabalhos de investigação e projectos diversos

Adultos Certificados

Relativamente ao número de Adultos que terminam os seus Processos de RVCC, e este é um dos aspectos em que continuou a trabalhar, a *sua implicação* é uma das dimensões que merece preocupação; através da monitorização das metodologias utilizadas, introduziram-se ajustamentos que considerados pertinentes, designadamente:

- *Ao nível do Diagnóstico/Triagem/Encaminhamento* – investimento no reforço e clarificação junto dos adultos da *dimensão de Balanço de Competências inerente ao Processo RVCC* e o *respectivo posicionamento do Adulto face ao RCC*, desmistificando a “inevitabilidade” da obtenção de uma certificação total; manutenção, o mais actualizada possível, da base de dados relativamente às ofertas de EFA e UFCD de modo a garantir uma resposta o mais eficaz possível às solicitações dos Adultos que se inscrevem, bem como daqueles que necessitam de reforço da formação através dos Cursos EFA ou das UFCD.
- *Processo RVCC* – no NS, introdução na 1ª sessão de BC, de um momento de partilha de experiências, proporcionada por um Adulto já certificado, dando o seu testemunho sobre o seu percurso no CNO, como forma de incentivar e partilhar com os seus *pares* a sua caminhada da qualificação; ao nível da organização das sessões, foi introduzido o Reconhecimento e Certificação de Competências (RCC) numa fase mais adiantada do Processo, privilegiando na parte inicial a dimensão da Auto-biografia (AB), construída de uma forma *mais livre*, sendo que o apoio da equipa se passou a centrar na abordagem do RCC em que a mesma assumiu um carácter mais informal e estritamente ligada à AB. Introduziu-se, ainda, uma sessão individual após a 2ª sessão, por forma a permitir aferir o grau de cumprimento das expectativas do Adulto e acompanhá-lo de forma personalizada no início da construção da sua AB.

Na elaboração do Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (PRA) introduziu-se um momento de reflexão sobre a vertente da qualificação do Adulto após a conclusão do seu processo e a *Executado CNO de Évora - Ano 2010* criação de um instrumento que regista esta mesma reflexão, destacando a dimensão prospectiva nas vertentes escolar e profissional (*O Meu Roteiro de Qualificação*).

Mês	Nº de Júris	Nº DE ADULTOS
-----	-------------	---------------

		NIVEL BÁSICO	NIVEL SECUNDÁRIO
Dezembro	9	21	19
Novembro	5	10	7
Outubro	4	6	13
Setembro	5	17	13
Agosto	2	5	6
Julho	9	11	37
Junho	6	11	16
Maiο	4	10	20
Abril	4	6	15
Março	9	23	21
Fevereiro	2	6	5
Janeiro	3	6	9
SUB -TOTAL		133	180
TOTAL	62	313	

Fonte: FA – CNO-Evora – Fev. 2011

Executado - CNO de Évora - Ano 2010

Níveis	Inscritos		Com diagnóstico e encaminhamento definidos		Em processo RVCC		Certificados (total e parcial)	
	Nº	% *	Nº	% *	Nº	% *	Nº	% *
BÁSICO	183	18	311	33	382	58	133	21
SECUNDÁRIO	290	19	517	37	684	108	180	32
TOTAL	473	18	828	35	1066	83	313	26

*referência: 2010/2011

Fonte: FA/CNO- Évora – Fev. 2011

Executado - CNO de Elvas - Ano 2010

Níveis	Inscritos	Com diagnóstico e encaminhamento definidos	Em processo RVCC	Certificados (total e parcial)
	Nº	Nº	Nº	Nº
BÁSICO	67	70	91	83
SECUNDÁRIO	159	70	118	49
TOTAL	226	140	209	132

Fonte: FA/CNO- Elvas – Fev. 2011

As metas definidas, logo a partir do número de inscritos, não se encontram ajustadas aos territórios, designadamente no que se refere aos aspectos demográficos, bem como ao número de CNO a intervir em proximidade. Também o facto de, até agora, os Adultos não encontrarem no aumento das qualificações uma repercussão evidente ao nível da situação laboral/remuneratória, condiciona a mobilização dos mesmos. Verificando-se um *constrangimento no input do sistema*, é inevitável que todos os outros indicadores fiquem comprometidos.

Para um mais aprofundado entendimento da situação deverá ter-se em conta o Estudo de Avaliação da INO, da responsabilidade da Universidade Católica Portuguesa, em www.anq.gov.pt [Edições > Edições a partir de 2008 – Estudo de Avaliação Externa 2009-2010 – *Iniciativa Novas Oportunidades: resultados da Avaliação Externa (2009-2010)*]

AUTO-AVALIAÇÃO

No CNO de Évora, resultante da aplicação da CAF no ciclo anterior, foram implementadas as diversas Acções de Melhoria identificadas. Deste processo resultou um Relatório próprio do qual destacamos como síntese geral:

“A realidade que resulta da dificuldade em mobilizar os Adultos para aumento das suas qualificações tem condicionado o funcionamento do Centro.

O investimento do CNO na avaliação de satisfação dos Adultos/ utentes, permite tirar algumas conclusões, importantes, mas que ainda não estão suficientemente trabalhadas.

Ao nível da celebração e activação das parcerias, conseguiu-se ultrapassar os objectivos, o que foi considerado como muito positivo.

Relativamente à Formação da equipa, organizada por nós, (Encontro Inter-Centros e formação anual) não foi concretizada, devido a problemas de financiamento.”

O CNO de Elvas, cuja criação aconteceu mais recentemente (2008), pertence ao grupo de centros que só iniciou em 2010 a aplicação modelo CAF de auto-avaliação, aferido para os CNO.

Essa prática, iniciada no referido ano 2010, favoreceu uma reflexão quase quotidiana, da qual destacamos os seguintes aspectos:

PONTOS FORTES

- Tempo de resposta ao adulto decorrido entre a inscrição e o início do processo;
- Flexibilidade de horários da equipa técnico-pedagógica do CNO FA - Elvas;
- Itinerâncias;
- Forte interacção entre os elementos de toda a equipa – reflexão continuada e partilhada;
- Colocação do adulto no centro das preocupações da equipa e, conseqüentemente, do desenvolvimento do trabalho do Centro;
- Adaptação de estratégias e metodologias ao perfil dos adultos;
- Utilização do telefone e do *e-mail* como meios de comunicação preferenciais nos contactos com adultos, bem como a realização de sessões *on-line*;
- Colaboração com entidades da região.

PONTOS FRACOS

- Dificuldade no encaminhamento para outras ofertas formativas por desconhecimento ou inexistência das mesmas na região;
- Gestão das metas-físicas (número de inscritos);
- Dificuldade no trabalho em rede com o outro CNO da região de Elvas.

ESTRATÉGIAS DE MELHORIA

- Aumentar contactos com outros CNO da região por forma a melhorar a articulação do Trabalho num mesmo território de intervenção;
- Continuar a promover sessões de divulgação/sensibilização como forma de angariar inscritos;
- Recuperar adultos que por falta de motivação tenham abandonado o processo;
- Realizar actividades mensais que envolvam a participação de adultos internos e externos ao CNO, promotoras do Centro na região;
- Criar outros modelos de avaliação desempenho junto dos adultos, assim como também aplicar de modelos de avaliação junto das entidades protocolares.

1.3. – A Formação de Adultos

Para a implementação deste projecto/valência, **tinha sido criado um lugar de coordenador em full-time**, e criada uma equipa de **formadores, envolvendo alguns recursos docentes da EPRAL**, na lógica do complemento de horário/racionalização de recursos, **a par da contratação, em regime de prestação de serviços de novos formadores para algumas das áreas temáticas** (o que justifica parte do crescimento do número de prestação de serviços nos recurso docentes da FA).

Este corpo de docentes, **com o acompanhamento dos Mediadores** (três em Évora e um em Elvas), e com o concurso dos demais recursos da Fundação, lançou mãos à concretização de um novo modelo de formação (proposto pela nova legislação dos Cursos EFA) **que tem vindo a decorrer com particular solidez e de forma consequente**.

Refira-se que **esta intervenção**, desdobrada em horários laborais e pós-laborais, **só foi possível pela contratação, sob a forma de protocolo de prestação de serviço, dos espaços qualificados para a formação e alguns recursos ao nível de equipamentos e pessoal**, de uma entidade da cidade a que nos sentimos particularmente ligados – o CEDRA.

Com atraso face ao inicialmente previsto, quer pela data de aprovação das candidaturas, quer pela complexidade de implementação desta novíssima resposta formativa, **as UFCD objecto da candidatura plurianual de 2010/2011, foram sendo lançadas em 2010, e projectando-se o grosso desta intervenção para o ano de 2011**.

Cursos EFA

A actividade de Formação de Adultos, concretizada pelas tipologias dos Cursos EFA, implicou a realização dos 13 cursos/turmas previstos, distribuídos pelos pólos de Évora – 11 turmas – e pólo de Elvas – 2 turmas, maioritariamente em regime laboral (9 turmas em regime laboral e 3 turmas em regime pós-laboral). Destes cursos/turmas, concluíram a sua execução durante 2010, os 6 previstos, prolongando-se a execução dos restantes 7 para 2011.

Cursos EFA – 2010

Ano de Início	Nº SIFSE	CURSOS	Local de Realização	Horário	ESTADO a 31Dez.2010
2010	1	EFA B2 + B3 Escolar	Évora	Laboral	Em Execução
	2	EFA NS Tipo A Escolar	Évora	Pós-Laboral	Em Execução
	3	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Évora	Laboral	Em Execução
	4	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	Évora	Laboral	Em Execução
	8	EFA Tecnológico de Técnico/a de Informática - Sistemas	Évora	Pós-Laboral	Em Execução
	9	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	Elvas	Laboral	Em Execução
	10	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Informação e Animação Turística	Elvas	Laboral	Em Execução

Fonte: FA – Formação de Adultos – Fev. 2011

A formação decorreu conforme Cronograma abaixo apresentado, tendo transitado para 2010, conforme planificado e foi antes referido, as 5 turmas iniciadas em 2009 e 1 das 7 turmas iniciada em 2008, a qual corresponde a um percurso escolar, de nível secundário, mais longo (Tipo A) e realizado em regime pós-laboral.

Cronograma Executado															
CURSOS	2010												Data de Início	Data de Fim	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Turmas transitadas de 2009	EFA Escolar Secundário – NS Tipo A													01.10.2008	21.01.2010
	B3 Dupla Certificação - Operador de Informática													20.07.2009	03.12.2010
	B3 Escolar													01.09.2009	30.04.2010
	EFA Secundário Escolar													20.07.2009	24.06.2010
	EFA Secundário Escolar													04.09.2009	10.08.2010

2	EFA NS Tipo A Escolar	1250	-	1250	324		324	196		
3	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	1685	210	1895	486		486	463		
4	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Higiene e Segurança no Trabalho	1635	210	1845	204		204	121		
8	EFA Tecnológico de Técnico/a de Informática - Sistemas	1080	210	1290	464		464	441		
9	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Secretariado	1685	210	1895	486		486	533		
10	EFA NS Tipo A - Técnico/a de Informação e Animação Turística	1960	210	2170	486		486	206		
TOTAL		18850	1380	20230	7063	330	7393	6499	330	6829

No que se refere às horas de formação leccionadas verifica-se uma taxa de execução de 92,4% face ao previsto para 2010. O desvio de 7,6 % corresponde ao seguinte:

0,5% - 38 horas previstas e não leccionadas nos cursos iniciados em 2010 por indisponibilidade de formadores por motivos imprevistos e de força maior.

7,1% - 526 horas previstas e não realizadas nas turmas iniciadas em 2010, reflexo da alteração das datas de início das acções.

Conforme quadro resumo abaixo, estes cursos/turmas mobilizaram um total de 207 formandos, ao longo do ano em causa, o que excede em 2% o total considerado em sede de previsão. A integração de número de formandos superior ao considerado em sede de candidatura, é prevista nos regulamentos em vigor para a presente medida, quando, cumulativamente, não se verifiquem os seguintes factores:

- O número máximo de formandos em cada turma é 25
- Não implica alterações na dotação financeira do projecto

Não se verificando as situações acima, face à afluência de candidatos e à perspectiva de eventuais desistências, considerou-se o incremento do número de formandos em duas turmas de nível secundário de dupla certificação, em Évora. Destes formandos, 70 concretizaram a sua formação com uma certificação total e 13 com uma certificação parcial e transitaram para 2011, 114 formandos que integram as 7 turmas cuja execução se prolonga por esse ano civil.

As certificações parciais, previstas e recomendadas nestas modalidades de formação, reportam-se maioritariamente a formandos das turmas concluídas em 2010: aos 10 formandos que não concluíram¹ os respectivos percursos de formação, bem como aos 3 formandos que, tendo frequentado a formação até à sua execução integral, acabaram por não reunir as condições para a sua aprovação (reprovados). Contudo, num e noutro caso, as certificações entretanto obtidas em diferentes unidades modulares frequentadas com sucesso são património do formando.

Resultados Balanço do sucesso formativo

Da observação dos dados apurados, conforme quadro abaixo, no que respeita aos formandos/turmas que concluíram em 2010 o seu percurso formativo, regista-se um sucesso formativo de 84%. Este sucesso corresponde ao total de certificações totais atribuídas em relação ao número de formandos envolvidos nas referidas turmas, ou seja, 84% dos 83 formandos transitados para 2010, obtiveram a certificação total, enquanto os restantes 16% correspondem às certificações parciais e reflectem as desistências registadas, num total de 10.

Se considerado, apenas, os formandos que concluíram o percurso completo de qualificação (73), regista-se uma taxa de sucesso de 96%, correspondendo os restantes 4% aos 3 formandos que, tendo concluído o percurso formativo, não obtiveram a certificação total, considerados por isso como reprovados.

Turmas concluídas em 2010

Nº SIIFSE	CURSOS	Horário	Transitados	Concluíram o percurso formativo	Certificações parciais*	Certificações totais
7	EFA Escolar Secundário – NS Tipo A	Pós-Laboral	8	8	0	8
14	EFA B3 Operador de Informática	Laboral	16	16	2	14
15	EFA B3 Escolar	Laboral	17	15	2	15

As

16	EFA Secundário Escolar – NS Tipo A	Laboral	8	8	1	7
17	EFA Secundário Escolar – NS Tipo A	Laboral	17	11	6	11
18	EFA NS Tipo A - Técnico de Informática Sistemas	Laboral	17	15	2	15
TOTAL			83	73	13	70

*Considera as certificações parciais dos formandos desistentes e dos formandos que tendo concluído o percurso, não reuniram condições para certificação total.

reprovações em causa, correspondem a 2 formandos do Curso de Dupla Certificação de Nível Básico, e 1 formando do Curso de Habilitação Escolar de Nível Secundário.

No que refere aos formandos do curso de Nível Básico, em ambos os casos, os formandos encontram-se aprovados em todas as Unidades modulares da componente de base, o que lhes confere a habilitação escolar de 9º ano, reportando-se a respectiva reprovação à qualificação tecnológica de Operador de Informática em resultado de, num caso, ter sido excedido o limite de faltas possível em Formação em Contexto de Trabalho, e noutro, não terem sido completadas com sucesso as unidades de formação da componente tecnológica.

No caso do formando de nível secundário, um adulto envolvido num contexto muito particular de apoio social, o desenvolvimento do seu percurso formativo foi alvo de acompanhamento particular por parte da mediadora e equipa formativa, do que resultaram vários planos de recuperação. A respectiva reprovação prende-se com o não cumprimento dos referidos planos bem como pela não entrega do respectivo portefólio reflexivo de aprendizagens.

Consideradas as disposições inerentes a esta tipologia de qualificação, no intuito de promover e incentivar a conclusão dos percursos formativos, são previstos mecanismos que possibilitam a sua conclusão *a posteriori*. Neste sentido, e consideradas as diligências que têm vindo a ser desenvolvidas, no sentido de promover a certificação total dos utentes do serviço de formação de adultos, perspectiva-se, em 2011 a recuperação de um dos casos anteriormente apresentados, pela repetição do período de formação em contexto de trabalho, de forma voluntária e sem financiamento, no caso da formanda de nível básico.

Formação em Contexto de trabalho

No conjunto de cursos/turmas concluídas em 2010, duas implicaram a realização de Formação em Contexto real de Trabalho: os Curso de Operador de Informática, de nível 2 de qualificação profissional, e o Curso de Técnico de Informática Sistemas, nível 4, ambos em Évora.

Considerado o perfil de saída dos respectivos itinerários de qualificação, e as competências demonstradas pelos formandos, a integração destes em entidades e empresas do Distrito de Évora, teve por objectivo promover a potencial integração profissional. Assim, os formandos foram integrados em entidades/empresas que, pela sua organização interna, possuíam sectores/serviços que implicavam a práticas de actividades inerentes às competências desenvolvidas durante a formação, verificando-se a seguinte distribuição:

Formação em Contexto de Trabalho – EFA – 2010

ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO EFA DE OPERADOR DE INFORMÁTICA		
ENTIDADE E NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	Nº de formandos	Sector de Integração
Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	1	Serviços de Informática
Alemobra	1	Serviços Administrativos
Biblioteca Pública de Évora	1	Serviços Administrativos
Câmara Municipal de Évora	1	Serviços Administrativos
Cáritas Diocesana de Évora	2	Serviços Administrativos
Escola EBI André de Resende	2	Serviços Administrativos
Junta de Freguesia dos Canaviais	1	Serviços Administrativos
Junta de Freguesia Horta das Figueiras	1	Serviços Administrativos
Junta de Freguesia Nossa Senhora da Saúde	1	Serviços Administrativos
KIF, Restauração Lda.	1	Serviços de Informática
Liga Portuguesa Contra o Cancro	1	Serviços Administrativos
Novabit	1	Serviços de Informática
TurAlentejo	2	Serviços Administrativos
TOTAL	16	-

TÉCNICO DE INFORMÁTICA - SISTEMAS		
ENTIDADE E NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS	Nº de formandos	Sector de Integração
Administração Regional de Saúde	1	Serviços de Informática
ADRAL- Centro de Tecnologias Digitais	1	Serviços de Informática
Câmara Municipal de Évora	2	Divisão Cultural
Câmara Municipal de Portel	1	Serviços de Informática
Diário do Sul	3	Rádio e tratamento de Imagem
Évoralógica, Informática e Serviços, Lda.	1	Serviços de Informática-Reparação
FDTI – Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação	1	Serviços Administrativos
Hospital Distrital de Évora	1	Serviços de Informática
Megasoft, Lda.	1	Serviços de Informática-Reparação
Parsisplan – sistemas de informação, Lda.	1	Serviços de Informática
Universidade de Évora	2	Serviços de Informática; Serviços Administrativos
	15	

Esta dimensão da formação de técnicos de informática tem em conta os resultados obtidos pelo tratamento das avaliações realizadas pelas entidades de acolhimento, ao abrigo do protocolo/contrato de estágio, e que consideramos pertinente apresentar neste Balanço de forma autónoma.

Para o efeito, foram consideradas duas dimensões de avaliação, complementares e relevantes para a natureza deste tipo de formação: o DESEMPENHO PROFISSIONAL e a INTEGRAÇÃO E INTERACÇÃO NA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO, sendo propostos, para cada uma delas um conjunto de parâmetros e uma escala de 1 a 4, correspondendo o 1 ao Insuficiente e o 4 ao Muito Bom.

Esta experiência, a sua organização, desenvolvimento e acompanhamento, decorreu de forma muito positiva e a metodologia e instrumentos utilizados revelaram-se adequados e, como tal, susceptíveis de replicação nas restantes turmas que venham a realizar FCT.

O tratamento dos resultados obtidos apresenta uma concentração das avaliações, superior a 75%, nos dois níveis superiores da escala (Bom e Muito Bom), ou seja, uma avaliação muito positiva do desempenho de todos e cada um dos formandos em ambas as dimensões.

1.4 – Outras Intervenções

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS/PROJECTOS TRANSNACIONAIS

A Fundação Alentejo participa, desde 2010, num projecto transnacional e plurianual, o PEER REVIEW, no âmbito de uma parceria suportada pelo programa Leonardo, cuja entidade coordenadora é o CECOA - Centro

O PEER REVIEW é uma forma de avaliação externa que tem por objectivo apoiar as instituições de educação em assegurar padrões de desenvolvimento sustentados. Um grupo externo de peritos, designados “Peers” (*pares*) é convidado a analisar as diferentes dimensões da instituição, tal como a qualidade da educação e formação dos diferentes departamentos ou de toda a organização. Os *pares* são externos, mas trabalham em instituições congéneres e têm competências profissionais e conhecimentos sobre o trabalho a ser avaliado.

No âmbito do EFVET- European Forum of Technical and Vocational Education and Training, do qual a Fundação Alentejo é membro, organização que tem por missão a promoção da qualidade e inovação na Educação Profissional em toda a Europa, tem-se vindo a desenvolver colaboração e partilha de boas-práticas, com outros membros. De facto o EFVET tem por objectivo, também, representar os seus membros e contribuir para o debate político no seio da União Europeia, no que respeita ao sector da Educação Profissional. Está, ainda, envolvido no processo de ALV através do EUCIS (European Civil Society Platform for Lifelong Learning).

O nosso envolvimento nesta dinâmica incide na dimensão de mobilização de candidatos, estando identificada uma entidade Finlandesa, OHJAUSPISTE EDUPOLI, a qual trabalha com adultos pouco escolarizados e que desenvolvem estratégias inovadoras de mobilização de candidatos. Neste sentido, tentámos o contacto com a referida entidade tendo em vista a possibilidade de realização de uma visita de estudo, no âmbito do Programa Grundtvig. Esta acção ainda não se encontra concretizada.

Uma outra intervenção significativa, desenvolvida com base num vínculo contratual com a Rede de CRC's dinamizada pelo IEFP, respeita à dinamização da Comunidade de Prática do Cluster ALV – integrado nas actividades do CRC da Fundação Alentejo. Neste âmbito, o CRC da FA e o CNO da FA (Évora) vêm realizando a coordenação do trabalho de adaptação do QUADRO DE REFERÊNCIA EUROPEU PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, projecto este que visa adaptar para a realidade nacional as Recomendações emanada pela União Europeia. O nosso contributo tem sido suportado pela experiência que desenvolvemos ao nível da Auto-Avaliação (CAF) e permitiu-nos apropriar-nos de uma dinâmica de trabalho cooperativo entre entidades de natureza diversa.

1.5 – O Colégio da Fundação Alentejo

Como é sobejamente referido na introdução deste Relatório, o ano de 2010 foi o ano cruzeiro da implementação do projecto do Colégio da Fundação Alentejo, que vinha sendo estruturado e aprofundado de há alguns anos a esta parte.

Desta forma, no início de 2010, foi promovida a aquisição dos restantes lotes da Urbanização da Muralha sobre os quais o mesmo será implantado e procedeu-se à fase de conclusão do projecto de arquitectura e de especialidades, os quais foram apresentados, para parecer, junto das entidades legalmente prevista para o efeito. Refira-se que, no caso concreto do pedido de parecer submetido junto da Segurança Social de Évora (Plataforma Supra-concelhia) o mesmo foi considerado como “projecto prioritário”.

Após estes procedimentos foi o referido projecto submetido à Câmara Municipal de Évora, tendo merecido a necessária aprovação, da qual emergiram um conjunto de custos referentes à taxas de urbanização e administrativas. Estes custos, num montante próximo dos 20.000 euros, foram objecto de pedido fundamentado de dispensa, considerando a natureza de IPSS da nossa instituição e o fim deste empreendimento socioeducativo. Após um processo deliberativo arrastado foi possível obter a redução em 50% das referidas taxas de urbanização e a dispensa de pagamento das taxas administrativas. Em simultâneo foi negociado um protocolo com a CME para a instalação do parque desportivo anexo ao colégio, em espaço público, mediante um conjunto de contrapartidas devidamente protocoladas.

A conclusão desta fase e o desenvolvimento de um novo e mais desenvolvido estudo de viabilidade económica de suporte ao projecto permitiu ao Conselho de Administração da Fundação deliberar sobre a continuação do projecto, designadamente sobre o lançamento do concurso público de empreitada e sobre o seu suporte financeiro, na ausência de candidatura a financiamento público, pelo recurso a uma linha de financiamento negociada com a Caixa Geral de Depósitos, inteiramente suportada pela entidade.

A opção pelo concurso público, apesar da natureza privada da entidade, decorre da vontade de vir a submeter a eventual candidatura no âmbito dos programas de apoio à construção de equipamentos desta natureza que, não estando aberta de momento, possa vir a ter lugar e a acomodar este projecto.

Assim, em Novembro de 2010 foi lançado o referido concurso público, o qual permitiu a adjudicação da obra e o seu início em Dezembro deste mesmo ano, pela empresa HCI – Construções, cuja conclusão está prevista e contratada para Agosto de 2011.

2. RECURSOS HUMANOS

A Fundação Alentejo possui uma política de recursos humanos que valoriza e promove a estabilidade e a dedicação exclusiva, contudo, resulta da natureza da sua actividade – a formação – e dos ciclos a que ela está sujeita – anos lectivos, não coincidentes com ano civil -, uma ligeira variação anual do volume e diversidade de recursos humanos envolvidos nas suas diferentes valências, que não sendo significativa, não pode deixar de ser aqui referida.

Para efeitos do presente Relatório consideram-se os dados apurados a Dezembro do respectivo ano, tal como é considerado para o Balanço Social do ano, que é submetido ao GEPE, em cada ano civil.

Assim, a Fundação Alentejo contava, em 2010, com 173 colaboradores dependentes, no conjunto dos seus pólos e valências. Conforme quadro abaixo pode-se confirmar a grande peso das Mulheres no conjunto dos recursos humanos da FA, o qual ascende a 70%, sendo que o Pólo sede (Évora) é aquele que mantém o maior número de colaboradores, considerando os serviços centrais, e as diferentes valências disponíveis neste pólo, ou seja, 117 (68%) dos 173 colaboradores desenvolvem a sua actividade, predominantemente, em Évora.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- Pólo e Sexo

Pólo	Homens	Mulheres	Total
Évora	39	78	117
Estremoz	5	19	24
Elvas	9	23	32
TOTAL	53	120	173
	30%	70%	

Fonte: FA/DSA – Dez2010

Estes valores compreendem-se facilmente e são coerentes com o peso relativo de cada um dos pólos bem como com os dados nacionais referentes aos profissionais envolvidos no sector da educação que, crescentemente, é assumido pelo sexo feminino.

Se considerarmos as diferentes valências, constata-se, conforme quadro abaixo, que a EPRAL é a valência que ocupa, maioritariamente, o maior número de recursos humanos, com uma percentagem de 78% (135 em 173). Contudo, como se referiu anteriormente, estes recursos também apoiam, subsidiariamente, a valência da Formação de Adultos, principalmente no que se refere aos 78 docentes, os quais, na sua generalidade, assumem, a par do seu envolvimento na actividade docente da EPRAL – actividade predominante e principal -, uma percentagem variável de carga lectiva (entre os 15 e os 10 %) na Formação de Adultos. Conforme quadro abaixo, 33 dos 48 formadores e mediadores envolvidos na formação de adultos, partilharam essa sua intervenção com o desempenho na formação inicial/EPRAL.

Esta realidade decorre da necessidade de racionalização dos recursos humanos docentes, pela disponibilização de uma carga horária lectiva que se aproxime do “horário completo” conforme o entende o Estatuto tido como referência (particular e cooperativo), sendo o respectivo custo objecto da necessária imputação proporcional.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- EPRAL – 2010

Função	EPRAL			Total
	Évora	Estremoz	Elvas	
Não Formadores	41	9	6 + 1	57
Formadores	47	15	16	78
TOTAL	88	24	23	135

Fonte: FA/DSA – Dez.2010

- Formação de Adultos- Évora, Estremoz e de Elvas – 2010

Função	EFA/FMC Évora/Elvas
Coordenador	1
Mediador contratado em regime de exclusividade	2
Mediador partilhado com a formação inicial	2
Formador contratado em regime de exclusividade	12
Formador partilhado com a formação inicial	31
Total	48

Fonte: DSA – Dez2010

Os CNO, por força do enquadramento legal imposto pela ANQ e pela própria natureza da sua intervenção, possuem um conjunto de recursos humanos que são exclusivos dessa valência, com uma equipa que decorre do patamar (metas) a que cada um desses Centros se propõe em sede de candidatura. Assim o CNO de Évora, pelas metas assumidas têm um quadro de pessoal que, no ano de 2010 ascendeu a 16 colaboradores, enquanto o CNO de Elvas apenas foi suportado por uma equipa de 7 colaboradores.

Em anos os casos e por força do enquadramento legal, a Direcção dos Centros é assumida pela Presidente da Entidade Proprietária.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- CNO de Évora e de Elvas – 2010

Função	CNO Évora	CNO Elvas	Total
Coordenador	1	1	2
Administrativo	2	1	3
Téc. Acolhimento	2	1	3
Profissionais RVCC	4	1	5
Formadores	7	3	10
Total	16	7	23

Fonte: DSA – Dez2010

Se considerarmos a sua distribuição por categorias/funções, conforme quadro abaixo, podemos constatar que há um peso maior, ainda que relativamente equilibrado, das funções docentes (51% do total), sendo as funções não docentes assumidas pelos restantes 41%, nos quais o pessoal auxiliar e de manutenção é o grupo mais relevante, imediatamente seguido pelos administrativos. Refira-se que, apesar dos serviços administrativos e financeiros da Fundação estarem centralizados em Évora, não pode deixar de existir, em cada pólo, pessoal administrativo de apoio às respectivas DTP e de articulação entre os serviços centrais e os utentes locais.

Na categoria/função “Pessoal Não docente/Dirigentes” são referidos exclusivamente os quadros superiores que exercem esse tipo de funções com vínculo contratual, como dependentes, com a Fundação. Queremos com isto dizer que neste quadro não se consideram nem a Presidente da Fundação Alentejo, nem os membros do seu Conselho de Administração e de mais órgãos sociais, os quais exercem a respectiva função em regime de voluntariado absoluto.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- Categoria Profissional/ Função

Tipo	Funções	Total	
Pessoal Não Docente	Dirigentes	5	41%
	Téc. Superiores	16	
	Administrativos	23	
	Auxiliares Educativos /Manutenção	27	
Subtotal		71	
Pessoal Docente	EPRAL	102	59%
	CNO		
	Qualificação de Adultos		
TOTAL		173	

Fonte: DSA – Dez2010

Considerando o primado da estabilidade e dedicação dos recursos humanos aos projectos educativos que suportam as valências da Fundação Alentejo, podemos constatar que, em 2010, continua a verificar-se uma clara opção por esse princípio, dado que, conforme quadro abaixo, dos 68 colaboradores não docentes, 75% mantém um vínculo contratual sem termo e, se a estes acrescentarmos os que mantém um contrato de trabalho a termo (igualmente estável e com dedicação exclusiva, essa percentagem ascende aos 95%. Neste conjunto de colaboradores o peso do sexo feminino é, substancialmente, mais elevado do que no conjunto dos recursos humanos, dado que ascende a 85%, reproduzindo um fenómeno que é comum à generalidade dos estabelecidos de ensino, em Portugal.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- Vínculo Contratual – Pessoal **Não Docente**

Vínculo Contratual	Homens	Mulheres	Total
Contrato Individual	8	43	51
C. Termo Certo	0	14	14
C. Prestação Serviços	1	1	2
Outras Situações/Emprego Protegido	1	0	1
TOTAL	10	58	68

Fonte: DSA – Dez2010

O primado da estabilidade e dedicação dos recursos humanos docentes é, igualmente um facto e está associado, como é reconhecido interna e externamente, aos níveis de eficácia interna dos projectos educativos/valências da Fundação Alentejo. Conforme o respectivo quadro, 82% dos formadores encontram-se em dedicação exclusiva (existem 4 casos de contrato a termo certo a tempo parcial/meio tempo), sendo que destes mais de 40% são formadores permanentes, com vínculo sem termo à entidade, constituindo um imenso núcleo duro que assume o quotidiano do desenvolvimento do projecto educativo em que está envolvido e promove a integração dos restantes colaboradores. O número significativo de formadores a termo certo, decorre da necessidade de ajustamento anual às diferentes ofertas formativa, ou seja, prevalecendo a opção pela dedicação exclusiva, torna-se necessário reconfigurar em cada novo ano lectivo parte dos recursos humanos docentes, principalmente nas componentes técnicas.

É igualmente sobre este elevado número de profissionais fortemente entrosados na cultura da entidade e nas suas opções pedagógicas e organizativas que recai a atribuição das funções de gestão pedagógica intermédia (orientadores Educativos, Responsáveis de Curso, Mediadores...) aos quais se deve a riqueza e consistência das interações regulares entre a Fundação, as famílias e as empresas e instituições.

Recursos Humanos da Fundação Alentejo - 2010

- Vínculo Contratual – Pessoal **Docente**

Vínculo Contratual	Homens	Mulheres	Total
--------------------	--------	----------	-------

Contrato Individual	22*	24*	46*
C. Termo Certo	15	26	41
C.Prestação Serviços	6	13	19
TOTAL	43	63	106

Fonte: DSA – Dez2010

* Inclui a direcção: DG/SG/DTP Évora/DTP Estremoz-Elvas

Esta opção da Fundação, quer na EPRAL quer nas restantes valências, é não só percebido pelos utentes, como é altamente valorizada. Nas avaliações da reacção dos utentes, nas diferentes valências, este aspecto da dedicação exclusiva/disponibilidade permanente, a par do domínio dos assuntos e da qualidade das práticas pedagógicas, surge avaliado em mais de 90% dos casos, nos patamares do Bom e Muito Bom.

O Pessoal docente da Fundação é, igualmente, maioritariamente feminino (60 %), designadamente nas componentes socioculturais e científicas, enquanto que os recursos humanos masculinos, docentes, estão envolvidos maioritariamente nas componentes técnicas das diferentes acções/tipologias.

Como se referiu anteriormente, em cada uma das valências, houve uma **atenção especial à formação dos recursos humanos, não só pela assumida e deliberada promoção de uma cultura interna de auto-formação e de reflexão partilhada, mas pela organização de acções de formação estruturadas** e pela política de promoção da frequência de acções, por iniciativa da entidade e de autorização de outras, por solicitação do colaborador. Assim, ao longo de 2010, considerando as acções estruturadas frequentadas pelos colaboradores da Fundação Alentejo, podemos referir que elas ascenderam a 2.686 horas de formação, das quais 925 internas e 1.761 externas.

No que respeita ao impacto das remunerações da componente recursos humanos, refira-se que se verificou, em 2010, o normal ajustamento/actualização tendo em conta as tabelas salariais de referência (particular e Cooperativo e ANQ), continuando, contudo a verificar-se a não progressão automática/subida de escalão por se manter o enquadramento que determinou a sua suspensão, como aconteceu na função pública. A conclusão do primeiro ciclo completo de avaliação e a esperada negociação de um Estatuto e respectivas Tabelas entre a ANESPO e as Centrais Sindicais, com eventual aval das tutelas, irá permitir uma evolução positiva nesta situação.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 – Enquadramento

Abordam-se em seguida os factos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2010 relativamente aos aspectos de natureza económica e financeira.

3.2 – Investimento

Os activos fixos da Fundação Alentejo encontram-se afectos às diversas actividades que esta desenvolve, conforme se pode ver no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR DE AQUISIÇÃO	COMPARTICIPAÇÃO		AUMENTOS (2010)	REDUÇÕES (2010)	AMORTIZAÇÕES		
		PÚBLICA	PRIVADA			ACUMULADAS		EXERCÍCIO
						VALOR	%	
ACT. . TANGIVEIS								
Aquisição Própria EPRAL	3359672,38		3359672,38	70698,91	159743,28	3027657,35	90%	185111,90
Aquisição Própria Fundação	573716,13		573716,13	300050,86	55453,57	210295,36	37%	2072,22
CRVCC / CNO	20565,55		20565,55		1510,11	20565,55	100%	5744,16
EFA	11233,02		11233,02	732,05		11233,02	100%	6555,04
CRC	23395,62	23395,62			8992,62	23395,62	100%	
UNIVA	15369,28	15369,28				15369,28	100%	268,19
ENIS	2829,82		2829,82			2829,82	100%	
Concurso Público	3981143,31	2335601,69	1645541,62	79902,00	7673,96	3311595,05	83%	210752,86
Sub-Total	7987925,11	2374366,59	5613558,52	451383,82	233373,54	6622941,05	83%	410504,37
EM CURSO								
Aquisição Própria - CITEFE	180695,91							
Aquisição Própria Colégio F. A.	201971,30			201971,30				
Sub-Total	382667,21	0,00	0,00	201971,30	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8370592,32	2374366,59	5613558,52	653355,12	233373,54	6622941,05	79%	410504,37

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A maioria dos activos estão afectos à EPRAL, tendo esta valência usufruído de grande parte do investimento realizado em 2010 (150600,91€, o que corresponde a 23% do total do investimento realizado).

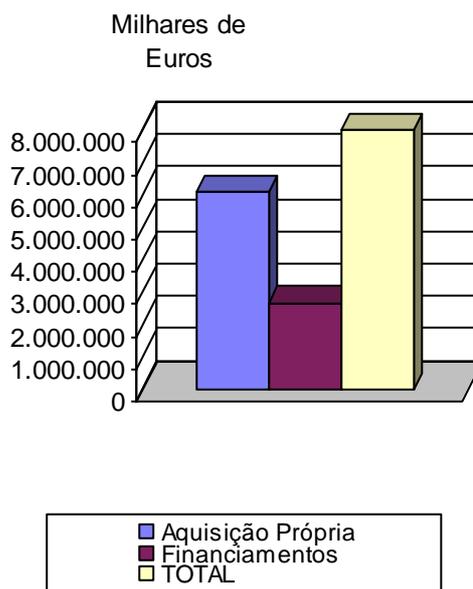
Deste montante, 125515,53€ foram realizados em Equipamento Básico, correspondendo este investimento à intenção de dotar a Escola de equipamento informático e audiovisual tecnologicamente actualizado, assim como mobiliário escolar.

O restante investimento em activos (300050,86€) foi efectuado na compra de terrenos para construção do Colégio da Fundação Alentejo, a que acresce investimento em curso no montante de 201971,30€ efectuado também no exercício.

O peso das depreciações acumuladas relativamente às aquisições com fundos próprios é de 90%, sendo que globalmente está amortizado 83% do activo fixo tangível da Instituição.

A gestão da Fundação pretendeu dar continuidade à estratégia de reinvestimento, permitindo uma política de reequipamento, modernização e melhoria da qualidade das actividades operacionais. De facto, a evolução tecnológica dos equipamentos utilizados na formação é cada vez maior e entende-se que deve ser mantida a vantagem competitiva nas populações-alvo em que se prestam serviços, desejavelmente, de elevada qualidade.

O esforço financeiro acumulado efectuado pela Fundação Alentejo na aquisição do seu activo fixo tangível ao longo dos anos pode ser visualizado no gráfico seguinte:



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Este indicador é revelador do enorme esforço de investimento da Instituição e da sua estratégia de dotação do projecto com equipamentos possuidores de tecnologia de ponta. Só assim tem sido possível manter um elevado nível técnico na formação ministrada, possibilitando aos jovens formandos e adultos o acesso a recursos que irão constituir uma vantagem competitiva no momento da sua integração na vida activa.

De referir ainda que os activos fixos tangíveis estão contabilizados ao respectivo custo de aquisição e as depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais legalmente permitidas.

As depreciações do exercício ascenderam a 410504,37 Euros, tendo contribuído para o montante do auto-financiamento gerado no exercício, o qual ascendeu a 444112,45 Euros, assim apurado:

AUTO FINANCIAMENTO	2009	2010
Resultado líquido do período	175.615,30 €	217.808,74 €
Depreciações do exercício	307.459,14 €	410.504,37 €
Subsídios p/investimentos	135.598,73 €	184.200,66 €
TOTAL	347.475,71 €	444.112,45 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Os subsídios associados ao investimento tiveram no exercício de 2010 a seguinte movimentação:

Subsídios para Investimentos	2009	2010
Saldo Inicial	862.254,88 €	726.656,15 €
Subsídios atribuídos		79.902,00 €
Transferência para rendimentos	135.598,73 €	184.200,66 €
TOTAL	726.656,15 €	622.357,49 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

O saldo final de 2010 representa cerca de 8% do valor do activo fixo tangível. Este saldo é anualmente transferido para rendimentos, na proporção das depreciações efectuadas.

3.3 – Endividamento perante as Instituições Financeiras

A evolução nominal do capital alheio ao qual a Fundação Alentejo recorreu incorpora apenas financiamentos de curto prazo. Não se verifica, à data do final do exercício de 2010, qualquer responsabilidade de médio ou de longo prazo.

A utilização do financiamento bancário no exercício de 2010, sob a forma de conta caucionada, pretendeu fazer face às necessidades reveladas pela tesouraria, traduzindo-se resumidamente na seguinte evolução:

DESCRIÇÃO	2009	2010
+ Saldo inicial	2.237.500,00 €	1.772.000,00 €
+ Empréstimos obtidos	4.357.000,00 €	4.922.000,00 €
- Amortizações empréstimos	4.822.500,00 €	4.214.000,00 €
SALDO FINAL	1.772.000,00 €	2.480.000,00 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A este montante devem ser acrescidos os saldos credores da conta de Depósitos à Ordem, correspondendo o saldo final dos empréstimos bancários a 1821660,40 Euros em 2009 e a 2593517,35 Euros em 2010.

Neste sentido, verificou-se no final do exercício de 2010 um aumento do endividamento bancário em cerca de 42% relativamente a igual data do ano anterior. Tal facto deveu-se a dificuldades no recebimento atempado dos apoios contratados.

No entanto, a capacidade de endividamento verificado devido a necessidades de tesouraria continua a evidenciar a capacidade de negociação que a Fundação Alentejo detém junto das Instituições Financeiras com as quais se vem relacionando ao longo da sua existência.

Este esforço de obtenção de fundos para a tesouraria não teve comparticipação de qualquer entidade financiadora dos vários projectos de formação que a Fundação Alentejo promove e gerou, no ano de 2010, encargos financeiros que representam parte bastante significativa do total das despesas não comparticipadas.

Deste modo, os custos financeiros suportados durante o exercício, os quais foram totalmente financiados por receitas próprias da Fundação Alentejo, atingiram os seguintes montantes:

DESCRIÇÃO	2009	2010
Juros suportados	60.174,85 €	42.179,31 €
- Empréstimos M/L Prazo	- €	- €
- Empréstimos c/ Prazo	47.871,52 €	37.738,60 €
- Outros juros	12.303,33 €	4.440,71 €
Outros custos financeiros	19.758,67 €	19.852,51 €
TOTAL DE ENCARGOS FINANCEIROS	79.933,52 €	62.031,82 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Como se verifica, registou-se um decréscimo de 23% dos gastos desta rubrica.

No fundamental, esta rubrica de gastos tem a sua origem nos frequentes atrasos das comparticipações a receber do Fundo Social Europeu e da Segurança Social relativamente aos fundos, devidamente consignados nos orçamentos aprovados, para a gestão corrente do projecto educativo. De seguida apresenta-se a evolução ao nível do endividamento perante locadoras, nomeadamente Caixa Leasing.

Locações	2009	2010
+ Saldo inicial	78.155,70 €	93.287,80 €
+ Aumentos	27.589,05 €	5.894,13 €
- Pagamentos	12.456,95 €	47.861,76 €
+ Regularizações		473,90 €
SALDO FINAL	93.287,80 €	51.794,07 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

3.4 – Especialização de rendimentos e gastos

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e na sequência do critério seguido em anos anteriores, as contas apresentadas respeitam o princípio da especialização do exercício, sendo considerados todos os rendimentos e gastos da gestão do ano 2010, conforme se apresenta:

DESCRIÇÃO	2009	2010
Acréscimos de Rendimentos	560,00 €	42.532,73 €
Comparticipações a receber	560,00 €	42.532,73 €
- F.S.E. / Outras Entidades	560,00 €	42.532,73 €
Gastos a Reconhecer	52.804,80 €	26.619,95 €
Gastos diversos	52.804,80 €	26.619,95 €
TOTAL DOS ACTIVOS	53.364,80 €	69.152,68 €
Acréscimos de Gastos	296.884,87 €	311.179,08 €
- Remunerações a liquidar	288.219,74 €	296.155,25 €
- Outros gastos	8.665,13 €	15.023,83 €
Rendimentos a Reconhecer	4.711.377,70 €	6.908.382,38 €
- Subsídios	4.709.941,22 €	6.907.065,90 €
- Outros rendimentos	1.436,48 €	1.316,48 €
TOTAL DOS PASSIVOS	5.008.262,57 €	7.219.561,46 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A repartição dos “Subsídios”, correspondendo a apoios contratados, parcialmente executados no exercício de 2010, é a seguinte:

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO APROVADOS	
Projecto nº 048478/2010/12 - Cursos Profissionais	3.437.474,61 €
Projecto nº 028947/2010/21 - R. V. C. C. - Évora	655.264,74 €
Projecto nº 028957/2010/21 - R. V. C. C. - Elvas	544.393,32 €
Projecto nº 037209/2010/22 - Cursos de Educação e Formação de Adultos	1.440.174,89 €
Projecto nº 038925/2010/22 - Cursos de Educação e Formação de Adultos	320.173,70 €
Projecto nº 037311/2010/23 - Formações Modulares Certificadas	509.328,27 €
Projecto nº 1039/CEI/10 - Contrato Emprego Inserção	256,37 €
TOTAL	6.907.065,90 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Relativamente aos passivos diferidos (rendimentos a reconhecer), deve ainda ser referido que o período de diferimento dos subsídios para investimentos é bastante mais dilatado do que nas restantes rubricas patrimoniais diferidas. Explica-se assim que, apesar de estes passivos apresentarem um valor substancialmente superior aos activos, não está em causa nenhum impacto ‘desequilibrado’ no resultado dos exercícios futuros.

3.5 – Responsabilidades de Terceiros

3.5.1 – Dívidas de terceiros

As dívidas a receber estão reflectidas no quadro seguinte e comportam valores de projectos aprovados e serviços prestados cujo pagamento não tinha ainda sido colocado à disposição da Fundação Alentejo. O saldo da rubrica “Outros Devedores” engloba financiamentos a receber do FSE/MTSS, constituindo um forte condicionante à gestão dos compromissos assumidos pela Fundação Alentejo, só possível de cumprir atempadamente com recurso a crédito bancário (ver ponto 3.3).

Não se estima qualquer risco na cobrança dos referidos valores. Os serviços competentes da Fundação Alentejo estão a desenvolver os procedimentos adequados para garantirem o seu recebimento.

DÍVIDAS DE TERCEIROS	2009	2010
Estado e Outros Entes Públicos	- €	62.951,07 €
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos		62.951,07 €
Outros devedores	6.201.320,11 €	8.884.936,15 €
Clientes	86.842,65 €	10.043,25 €
Adiantamentos a fornecedores	1.366,38 €	1.366,38 €
Adiantamentos a colaboradores	3.827,68 €	1.647,68 €
Financiamentos aprovados e em execução	6.099.128,85 €	8.862.934,77 €
Formandos	8.617,61 €	7.477,13 €
Outros Devedores Diversos	1.536,94 €	1.466,94 €
TOTAL	6.201.320,11 €	8.947.887,22 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

De referir que o valor acima inscrito em “Financiamentos Aprovados” (8862934,77€), o que representa 99% do total das Dívidas de Terceiros, é respeitante aos financiamentos contratados com o POPH.

Note-se que alguns dos devedores incluídos nesta rubrica regularizaram entretanto, já no exercício de 2011, parte dos respectivos saldos.

Após a continuação das diligências adequadas, bem como o normal funcionamento e execução dos projectos em actividade não se esperam dificuldades no recebimento da grande maioria destes valores.

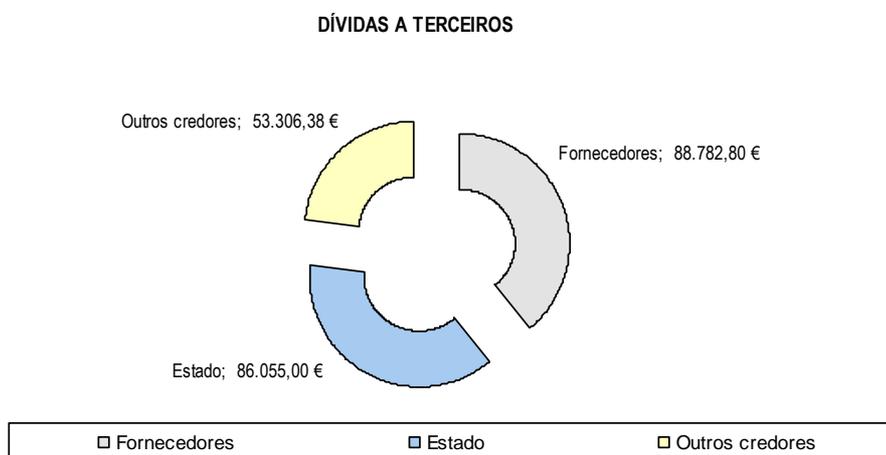
3.5.2 – Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são essencialmente compostas por dívidas a fornecedores correntes, Estado e outros credores, conforme se apresenta no quadro seguinte:

DÍVIDAS A TERCEIROS	2009	2010
Fornecedores c/c	40.710,27 €	88.782,80 €
Estado e Outros Entes Públicos	87.698,68 €	86.055,00 €
- Outros Impostos	65,00 €	
- Retenções efectuadas a terceiros	22.809,37 €	23.454,36 €
- IVA a pagar	3.221,01 €	5.919,35 €
- Contribuições p/Seg.Social	61.603,30 €	56.681,29 €
Outros credores	192.769,04 €	53.306,38 €
- Fornecedores de investimento		501,12 €
- Pessoal	2.638,70 €	4.228,54 €
- Outros credores diversos	190.130,34 €	48.576,72 €
TOTAL	321.177,99 €	228.144,18 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Todos os valores e responsabilidades assumidas perante o Estado estão em situação regular, pelo que não há qualquer dívida em situação de mora.



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

3.6 – Rendimentos do exercício

Relativamente aos rendimentos do exercício, apresenta-se o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS	2009	2010
RECEITAS PRÓPRIAS	482.534,22 €	483.215,93 €
Propinas		
Matrículas		
Receitas Diversos	24.566,50 €	24.383,50 €
A E C - Activ. Extra-Curriculares	332.175,00 €	342.490,00 €
Restaurante Vauban/Bar Escola	107.129,89 €	94.539,73 €
Utilização Instalações	9.475,00 €	9.923,78 €
Produções Multimédia	1.080,72 €	
Gestão e Organização de Projectos	150,00 €	11.720,24 €
Produções de Artes Gráficas	7.957,11 €	158,68 €
SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	5.967.995,68 €	6.097.216,76 €
Fundo Social Europeu	4.153.576,28 €	4.234.919,14 €
Ministério da Educação	885,00 €	500,00 €
Segurança Social	1.780.104,11 €	1.814.965,34 €
Outros	33.430,29 €	46.832,28 €
REVERSÕES	10.519,29 €	10.701,26 €
OUTROS RENDIMENTOS	187.190,86 €	206.922,71 €
Venda de energia	9.686,95 €	9.993,10 €
Outros rendimentos suplementares		2.640,00 €
Imputação subs. p/ investimentos	135.598,73 €	184.200,66 €
Outros rendimentos diversos	41.905,18 €	10.088,95 €
TOTAL DE RENDIMENTOS	6.648.240,05 €	6.798.056,66 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Os rendimentos tiveram um ligeiro aumento 2%, nomeadamente ao nível dos Subsídios à Exploração, reflectindo o aumento do número de formandos, bem como a execução de mais projectos.

O valor de Outros rendimentos corresponde, essencialmente, ao montante de subsídios ao investimento especializados neste exercício.

3.7 – Gastos do exercício

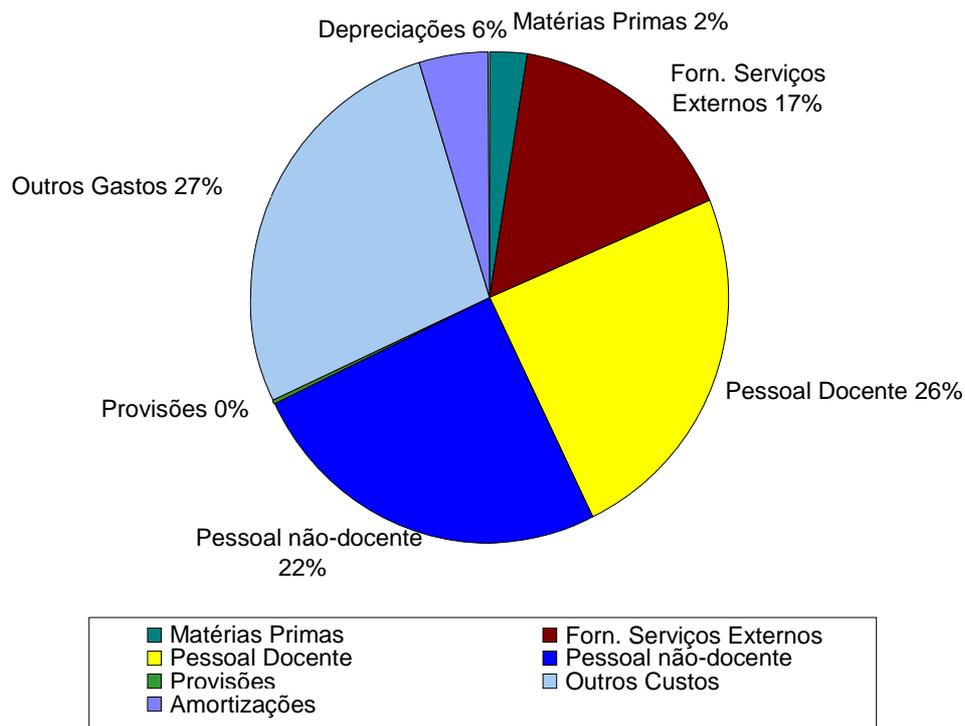
Seguidamente apresenta-se a estrutura dos gastos operacionais verificada no ano de 2010:

GASTOS DO EXERCÍCIO	2009	2010
1. GASTOS COM MERCADORIAS E MATERIAS CONSUMIDAS	154.823 €	140.860 €
2. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.021.156 €	1.095.571 €
Trabalhos especializados	61.952 €	146.500 €
Publicidade e propagação	70.611 €	67.490 €
Vigilância e segurança	98.476 €	101.739 €
Honorários (pessal externo)	252.975 €	143.753 €
Conservação e reparação	65.688 €	55.525 €
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	6.933 €	7.793 €
Livros e documentação técnica	276 €	4.191 €
Material de escritório	15.874 €	18.493 €
Artigos para oferta	2.273 €	1.647 €
Electricidade	62.318 €	67.957 €
Combustíveis	11.453 €	14.559 €
Água	2.100 €	1.876 €
Outros fluidos	966 €	1.005 €
Deslocações e estadas	10.311 €	15.701 €
Transporte de mercadorias	1.718 €	658 €
Rendas e alugueres	186.681 €	226.703 €
Comunicação	45.025 €	49.519 €
Seguros	10.729 €	10.689 €
Contencioso e notariado	1.974 €	1.189 €
Despesas de represnetação	4.464 €	56.694 €
Limpeza, higiene e conforto	53.580 €	42.514 €
Ouros fornecimentos e serviços	54.779 €	59.376 €
3. GASTOS COM O PESSOAL	3.117.775 €	3.170.138 €
4. PROVISÕES DO EXERCÍCIO	10.625 €	9.163 €
5. OUTROS GASTOS E PERDAS	1.780.853 €	1.691.979 €
Impostos directos	330 €	158 €
Impostos indirectos	1.432 €	2.367 €
Gastos Diversos	57.616 €	22.135 €
Quotizações	2.318 €	3.821 €
Encargos c/ Formandos	1.719.157 €	1.663.498 €
Alimentação	889.768 €	862.388 €
Deslocações	212.502 €	183.277 €
Alojamento	293.710 €	295.188 €
Bolsas de Formação	310.070 €	306.096 €
Outros Encargos	13.107 €	16.549 €
6. DEPRECIACÕES DO EXERCÍCIO	307.459 €	410.504 €
Activos fixos tangíveis	307.459 €	410.504 €
Edifícios e outras construções	164.903 €	164.903 €
Equipamento básico	88.603 €	174.922 €
Equipamento de transporte	20.851 €	20.851 €
Ferramentas e utensilios	1.183 €	0 €
Equipamento Administrativo	15.863 €	25.044 €
Outros activos fixos tangíveis	16.056 €	24.784 €
7. GASTOS DE FINANCIAMENTO	79.934 €	62.032 €
TOTAL GASTOS	6.472.625 €	6.580.247 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Em virtude do envolvimento da Fundação Alentejo num maior número de projectos contratados no decurso do exercício, os gastos aumentaram cerca de 1,6 % relativamente ao exercício anterior.

Assim, este aumento de actividades explica os aumentos verificados nos gastos, nomeadamente com fornecimentos e serviços externos a gastos com o pessoal.



Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

3.8 – Resultados do exercício

Para o desempenho alcançado no decurso do ano, além do previsto no Plano de Actividades para o exercício de 2010, contribuíram significativamente os Resultados Operacionais verificados:

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010		
DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
Resultados Operacionais	148.410 €	279.841 €
Resultados Financeiros	(74.081 €)	(62.032 €)
Imposto sobre o rendimento	(12.113 €)	
Resultado líquido do período	62.216 €	217.809 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Assim, os resultados apresentados no presente exercício económico traduzem o rigor com que são geridos os recursos colocados à disposição dos projectos da Fundação Alentejo e do seu estabelecimento de ensino, a EPRAL.

Integrado na conta de exploração da Fundação Alentejo, encontra-se o Departamento Vauban/Bar das Escolas (Pólos de Estremoz e Elvas). Apresenta-se de seguida o detalhe dos seus rendimentos e gastos e respectivo Resultado Líquido de Exploração no período:

VAUBAN/BARES DA ESCOLA	Total
Prestações de Serviços	94.539,73 €
Custo de Mercadorias	-57.247,93 €
Fornecimentos e serviços externos	-4.421,93 €
Gastos com o pessoal	-218,18 €
Outros gastos e perdas	-4,41 €
Gastos de depreciação	-684,13 €
Resultado líquido do período	31.963,15 €

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Quanto ao resultado líquido verificado no período, conforme referido anteriormente, no montante de 217808,74 Euros, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite para a conta de Resultados Transitados.

5. NOTA FINAL

O Conselho de Administração pretende, na conclusão do presente Relatório, expressar o seu reconhecimento e agradecimento a todos quantos, de forma directa ou indirecta, contribuíram para o normal desempenho da actividade da Fundação.

Assim:

- Aos Colaboradores, que se empenharam neste projecto com toda a sua dedicação, continuando a Instituição a contar com todos para desenvolvimento dos seus projectos;
- Aos Alunos, Encarregados de Educação e aos Clientes, pela aposta na formação e nos serviços que esta Fundação presta;
- Às Entidades Institucionais, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo deste ano;
- Aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela colaboração e compreensão demonstradas;
- Ao Conselho Fiscal e ao Conselho Geral, pelo diálogo e cooperação que sempre disponibilizaram.

A todos um agradecimento e o reconhecimento pelo seu contributo para a consolidação e afirmação deste projecto ao serviço do Alentejo e dos Alentejanos.

Évora, Abril de 2011



BALANÇO

em 31 de Dezembro de 2010

BALANÇO

Unidade monetária (1)

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			31.12.2010	31.12.2009
ACTIVO				
Activo não corrente				
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	8/10	1.747.651,27	1.504.800,52
42+455+452-459	Propriedades de investimento			
44+454+455-459	Activos intangíveis			
41	Investimentos financeiros	6	3.493,00	3.493,00
266+268-269	Accionistas/Sócios			
			1.751.144,27	1.508.293,52
Activo corrente				
32+33+34+35+36+39	Inventários	19	3.754,98	2.966,91
21+212-219	Clientes	28	10.043,25	86.842,65
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores	28	1.366,38	1.366,38
24	Estado e outros entes públicos	28/31	62.951,07	
263+268-269	Accionistas/Sócios			
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	23/28	8.916.059,25	6.113.671,08
281	Diferimentos	31	26.619,95	52.804,80
14	Outros activos financeiros			
1+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	8.238,43	64.526,46
			9.029.033,31	6.322.178,28
	Total do ACTIVO		10.780.177,58	7.830.471,80
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
51-261-262	Capital realizado			
52	Acções (quotas) próprias			
53	Outros instrumentos de capital próprio			
54	Prémios de emissão			
551	Reservas legais	2	11.099,35	11.099,35
552	Outras reservas			
56	Resultados transitados	2	(387.951,35)	(525.081,89)
58	Excedentes de revalorização			
59	Outras variações no capital próprio	2/23	657.830,99	762.129,65
818	Resultado líquido do período		217.808,74	175.615,30
	Total do Capital Próprio		498.787,73	423.762,41
PASSIVO				
Passivo não corrente				
29	Provisões	22	188.371,99	189.909,68
25	Financiamentos obtidos	11	38.206,48	48.816,21
237+271+2712+275	Outras contas a pagar			
			226.578,47	238.725,89
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores	28	88.782,80	40.710,27
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos	28/31	86.055,00	87.698,68
264+265+268	Accionistas/Sócios			
25	Financiamentos obtidos	10/11/28	2.607.104,94	1.838.542,94
231+238+271+2712+2722+278	Outras contas a pagar	28	364.486,26	489.653,91
282+283	Diferimentos	23/31	6.908.382,38	4.711.377,70
14	Outros passivos financeiros			
			10.054.811,38	7.167.983,50
	Total do Passivo		10.281.389,85	7.406.709,39
	Total do Capital Próprio e do Passivo		10.780.177,58	7.830.471,80

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

exercício de 2010

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade monetária (1)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
			2010	2009
+71+72	Vendas e serviços prestados	+ 21	483.215,93	482.534,22
+75	Subsídios à exploração	+ 21/23	6.097.216,76	5.967.995,68
+73	Variação nos inventários da produção	+/-		
+74	Trabalhos para a própria entidade	+		
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 19	(140.859,87)	(154.822,76)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	(1.095.570,83)	(1.021.156,25)
-63	Gastos com pessoal	- 29	(3.170.138,48)	(3.117.775,33)
-652+7622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+		
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+ 22	1.537,69	(106,32)
-653-654-655-656- 657+7623+7624+7625+7626+7627	Outras imparidades (perdas/reversões)	-/+		
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+ 21	206.922,71	187.190,86
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-	(1.691.978,98)	(1.780.852,14)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	690.344,93	563.007,96
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 8	(410.504,37)	(307.459,14)
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	279.840,56	255.548,82
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+		
-6911+692+6981	Juros e gastos similares suportados	- 11	(62.031,82)	(79.933,52)
811	Resultado antes de impostos	=	217.808,74	175.615,30
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+		
818	Resultado líquido do período	=	217.808,74	175.615,30

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES
NO CAPITAL PRÓPRIO
EXERCÍCIO DE 2010**

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações no capital próprio no exercício de 2009

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1					11.099,35	35.473,50	(362.234,36)				(162.847,53)	(478.509,04)		(478.509,04)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							(35.473,50)					762.129,65	726.656,15		726.656,15
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(162.847,53)				162.847,53			
	2						(35.473,50)	(162.847,53)				762.129,65	162.847,53	726.656,15	726.656,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												175.615,30	175.615,30	175.615,30
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												338.462,83	338.462,83	338.462,83
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5					11.099,35		(525.081,89)				762.129,65	175.615,30	423.762,41	423.762,41

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações no capital próprio no exercício de 2010

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6					11.099,35		(525.081,89)				762.129,65	175.615,30	423.762,41	423.762,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								137.130,54				(104.298,68)	(175.615,30)	(142.783,42)	(142.783,42)
	7							137.130,54				(104.298,68)	(175.615,30)	(142.783,42)	(142.783,42)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												217.808,74	217.808,74	217.808,74
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8												42.193,44	42.193,44	75.025,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	11=6+7+8+10					11.099,35		(387.951,35)				657.830,99	217.808,74	498.787,73	498.787,73

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		Dezembro 2010	Dezembro 2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	28	592.349,54	508.967,42
Pagamentos a fornecedores	28	1.164.540,14	1.187.775,69
Pagamentos ao pessoal	29	3.162.814,96	3.103.143,67
Caixa gerada pelas operações		(3.735.005,56)	(3.781.951,94)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	28/31	3.549.844,60	4.438.631,21
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(185.160,96)	656.679,27
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	8	652.854,00	163.665,19
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos	28	4.924,00	
Subsídios ao investimento	28	79.902,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(568.028,00)	(163.665,19)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	11	757.952,27	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			450.367,90
Juros e gastos similares	11	61.051,34	79.933,52
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		696.900,93	(530.301,42)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(56.288,03)	(37.287,34)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4/11	64.526,46	101.813,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/11	8.238,43	64.526,46

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1 – Identificação da Entidade

1.1 – FUNDAÇÃO ALENTEJO

1.2 – Sede: Avenida Dinis Miranda, 116 7005-140 Évora

1.3 – NIPC: 502978481

1.4 - Natureza da actividade: Desenvolvimento da educação e qualificação profissional dos recursos humanos, nos termos do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista à necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF – Divulgação transitória:

2.4.1) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.

A entidade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, tendo na transição do POC para o SNC, procedido de acordo com o disposto nas NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF. Decorrente do processo de transição, ocorreram situações de reclassificação, como seja o caso dos subsídios ao investimento.

2.4.2) Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores.

CAPITAL PRÓPRIO – POC 31-12-2009	-302.893,74
Ajustamentos de transição:	

Redução capital social	
Alteração nos Resultados Transitados	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outras variações no capital próprio	726.656,15
CAPITAL PRÓPRIO – SNC 01-01-2010	423.762,41

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

2.4.3) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período.

O resultado relatado segundo as NCRF não sofreu qualquer alteração face ao relatado segundo os PCGA anteriores.

2.4.4) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCRF (divulgações que a NCRF 12 - Imparidade de Activos teria exigido se o reconhecido dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCRF).

Não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura segundo as NCRF.

2.4.5) Distinção, nas reconciliações das alíneas 2.4.1 e 2.4.2, entre correcção de erros cometidos segundo os PCGA Anteriores (se aplicável) e alterações às políticas contabilísticas.

A alteração ocorrida no Capital Próprio fruto da alteração de normativo contabilístico resulta com relevo da aplicação da NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Os ganhos ou perdas de natureza cambial decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas, onde a entidade não exerce qualquer influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais são registados pelo método do custo.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se isenta de IRC.

- Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Órgão de Gestão procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e Outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

3.2) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável. À data de 31 de Dezembro de 2010 não existe evidência suficientemente fiável para a criação de imparidades.

3.3) Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Fluxos de Caixa

4.1) Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de Dezembro de 2010, estão disponíveis para uso.

4.2) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2010			31.12.2009		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.664,04		2.664,04	1.262,42		1.262,42
	...						
	Subtotais	2.664,04		2.664,04	1.262,42		1.262,42
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	5.574,39		5.574,39	63.264,04		63.264,04
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	5.574,39		5.574,39	63.264,04		63.264,04
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		8.238,43		8.238,43	64.526,46		64.526,46

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1) Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.2) Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.3) Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não aplicável.

5.4. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

6. Partes relacionadas

Não aplicável.

7. Activos Intangíveis

Não aplicável

8. Activos Fixos Tangíveis

8.1) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Nesta data, os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

8.2) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

8.3) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

(valores expressos em euros)

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			20	1 a 6	4	1 a 6		1 a 5
Taxas de depreciação			5,00%	16,66% a 100%	25,00%	16,66% a 100%		16,66% a 100%
Métodos de depreciação			Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos	Duodécimos		Duodécimos

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

8.4) Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

8.4.1) Quantias escrituradas brutas

Activos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2009	22.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.150.494,34	245.435,14	628.951,41		110.384,32	180.695,91	7.781.290,17
Adições	60.000,00			21.591,28		13.635,33		74.093,96		169.320,57
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações										
Sinistros										
Abates										
Outras alterações										
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	82.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.172.085,62	245.435,14	642.586,74		184.478,28	180.695,91	7.950.610,74
Adições	300.050,86			126.247,58		12.214,80		12.870,58	201.971,30	653.355,12
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações										
Sinistros										
Abates				(171.773,78)	(55.266,81)	(6.332,95)				(233.373,54)
Outras alterações										
Em 31.12.2010	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59		197.348,86	382.667,21	8.370.592,32

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

8.4.2) Depreciações acumuladas

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2009	(2.317.311,74)	(2.974.666,69)	(168.982,57)	(584.924,36)	(92.465,72)	(6.138.351,08)
Reforços	(164.902,86)	(88.602,51)	(20.850,72)	(15.862,53)	(17.240,52)	(307.459,14)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)	(2.482.214,60)	(3.063.269,20)	(189.833,29)	(600.786,89)	(109.706,24)	(6.445.810,22)
Reforços	(164.902,86)	(174.922,49)	(20.850,72)	(25.044,16)	(24.784,14)	(410.504,37)
Reversões						
Revalorizações						
Transferências						
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda						
Alienações						
Sinistros						
Abates		171.773,78	55.266,81	6.332,95		233.373,54
Outras alterações						
Acumuladas em 31.12.2010	(2.647.117,46)	(3.066.417,91)	(155.417,20)	(619.498,10)	(134.490,38)	(6.622.941,05)

Fonte: D SCT/ Fundação

Alentejo

8.5) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2009	Quantias brutas escrituradas	22.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.150.494,34	245.435,14	628.951,41	110.384,32	180.695,91	7.781.290,17
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.317.311,74)	(2.974.666,69)	(168.982,57)	(584.924,36)	(92.465,72)		(6.138.351,08)
	Quantias líquidas escrituradas	22.445,91	144.825,95	980.745,45	175.827,65	76.452,57	44.027,05	17.918,60	180.695,91	1.642.939,09
Adições		60.000,00			21.591,28		13.635,33	74.093,96		169.320,57
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações				(164.902,86)	(88.602,51)	(20.850,72)	(15.862,53)	(17.240,52)		(307.459,14)
Regularizações transferências										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	82.445,91	144.825,95	3.298.057,19	3.172.085,62	245.435,14	642.586,74	184.478,28	180.695,91	7.950.610,74
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.482.214,60)	(3.063.269,20)	(189.833,29)	(600.786,89)	(109.706,24)		(6.445.810,22)
	Quantias líquidas escrituradas	82.445,91	144.825,95	815.842,59	108.816,42	55.601,85	41.799,85	74.772,04	180.695,91	1.504.800,52
Adições		300.050,86			126.247,58		12.214,80	12.870,58	201.971,30	653.355,12
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates					(171.773,78)	(55.266,81)	(6.332,95)			(233.373,54)
Outras alterações										
Depreciações				(164.902,86)	(174.922,49)	(20.850,72)	(25.044,16)	(24.784,14)		(410.504,37)
Regularizações										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2010	Quantias brutas escrituradas	382.496,77	144.825,95	3.298.057,19	3.126.559,42	190.168,33	648.468,59	197.348,86	382.667,21	8.370.592,32
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(2.647.117,46)	(3.066.417,91)	(155.417,20)	(619.498,10)	(134.490,38)		(6.622.941,05)
	Quantias líquidas escrituradas	382.496,77	144.825,95	650.939,73	60.141,51	34.751,13	28.970,49	62.858,48	382.667,21	1.747.651,27

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

8.6) Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros activos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de activos fixos tangíveis como parte de gastos de outros activos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados	164.902,86	174.922,49	20.850,72	25.044,16		24.784,14	410.504,37
	Depreciações que integram o custo de outros activos							
Período 2009	Depreciações reconhecidas nos resultados	164.902,86	88.602,51	20.850,72	15.862,53		17.240,52	307.459,14
	Depreciações que integram o custo de outros activos							

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

8.7) Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não existem activos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

9. Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Não aplicável.

10. Locação Financeira

10.1) Mensuração

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

10.2) A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activos:

Activos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor				Período 2010		Período 2009	
		Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2010	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Quantias escrituradas líquidas dos activos locados em 31.12.2009	Rendas contingentes reconhecidas como gasto no período
				Começo	Fim				
Activos fixos tangíveis	Kit Fotovoltaico	GGD	346474	20-01-2009	20-12-2014	47.308,71		59.128,79	
	Armário Frigorífico/Cutter	CGD	100000898	10-01-2010	10-12-2012	4.548,96			
	Subtotais					51.857,67		59.128,79	
Propriedades de investimento	...								
	...								
	Subtotais								
Activos intangíveis	...								
	...								
	Subtotais								
Activos biológicos	...								
	...								
	Subtotais								
Totais						51.857,67		59.128,79	

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

10.3) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Reconciliação entre os futuros pagamentos mínimos das locações financeiras e respectivos valores presentes	31.12.2010				31.12.2009			
	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações	Futuros pagamentos mínimos das locações	Diferença entre os futuros pagamentos mínimos das locações e respectivos valores presentes		Valores presentes à data do balanço dos futuros pagamentos mínimos das locações
		Gastos financeiros	Outras			Gastos financeiros	Outras	
Até 1 ano	14.349,66	762,07		13.587,59	17.559,37	676,83		16.882,54
Entre 1 e 5 anos	39.110,98	904,50		38.206,48	51.406,93	2.590,72		48.816,21
Mais de 5 anos								
Totais	53.460,64	1.666,57		51.794,07	68.966,30	3.267,55		65.698,75

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

11. Custos de empréstimos obtidos

11.1) Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo razão pela qual a política contabilística adoptada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

11.2) Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2010			31/12/2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<u>Empréstimos</u>						
Caixa Geral de Depósitos	2.480.000,00		2.480.000,00	1.772.000,00		1.772.000,00
BNP-PARIBAS			0,00	27.589,05		27.589,05
Sub Total	2.480.000,00	0,00	2.480.000,00	1.799.589,05	0,00	1.799.589,05
<u>Descobertos Bancários</u>						
Caixa Geral de Depósitos	113.517,35		113.517,35	17.400,33		17.400,33
Banco Espírito Santo				4.671,02		4.671,02
Sub Total	113.517,35	0,00	113.517,35	22.071,35	0,00	22.071,35
<u>Locação Financeira</u>						
Caixa Geral de Depósitos	13.587,59	38.206,48	51.794,07	16.882,54	48.816,21	65.698,75
Sub Total	13.587,59	38.206,48	51.794,07	16.882,54	48.816,21	65.698,75
Total	2.607.104,94	38.206,48	2.645.311,42	1.838.542,94	48.816,21	1.887.359,15

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

11.3) – Outros

(valores expressos em euros)

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2010	31/12/2009	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2010	31/12/2009
Juros Suportados	42.179,31	60.174,85	Juros Obtidos		
Outros Gastos e Perdas	19.852,51	19.758,67	Outros		61,95
Total	62.031,82	79.933,52	Total	0,00	61,95

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

12. Propriedades de Investimento

Não aplicável.

13. Imparidade de Activos

Não aplicável

14. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e investimentos em associadas

Não aplicável.

15. Concentrações de actividades empresarias

Não aplicável.

16. Investimentos e, Subsidiárias e consolidação

Não aplicável.

17. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

18. Agricultura

Não aplicável.

19. Inventários

19.1) As políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

19.2) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2010			31.12.2009		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	3.754,98		3.754,98	2.966,91		2.966,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Produtos acabados e intermédios						
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Totais	3.754,98		3.754,98	2.966,91		2.966,91

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

19.3) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Período 2010			Período 2009			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+	2.966,91			5.484,73		5.484,73	
	Compras	Compras	+	58.438,60	83.643,89		66.987,22	85.529,81	152.517,03
		Devoluções de compras	-	(434,55)		(434,55)	(212,09)		(212,09)
		Descontos e abatimentos em compras	-						
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-						
		Perdas em sinistros	-						
		Perdas por quebras	-						
		Outras perdas	-						
		Ofertas e amostras	-						
		Ganhos em sinistros	+						
		Ganhos por sobras	+						
	Outros ganhos	+							
	Inventários no fim do período	-	3.754,98			2.966,91		2.966,91	
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	57.215,98	83.643,89	140.859,87	69.292,95	85.529,81	154.822,76	
Perdas em inventários	+								
Ofertas e amostras de inventários	+								
Totais	=	57.215,98	83.643,89	140.859,87	69.292,95	85.529,81	154.822,76		

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

20. Contratos de Construção

Não aplicável.

21. Réditos

21.1) Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fíavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com

as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efectivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

21.2) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2010			Período 2009		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	483.215,93	100,00%	0,14%	482.534,22	100,00%	17,87%
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	483.215,93	100,00%	0,14%	482.534,22	100,00%	17,87%

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

22. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2009									189.803,36	189.803,36
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores								10.625,61	10.625,61
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período								(10.519,29)	(10.519,29)
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2009 (01.01.2010)									189.909,68	189.909,68
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores								9.163,57	9.163,57
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período								(10.701,26)	(10.701,26)
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2010									188.371,99	188.371,99

Fonte: DSCT/ Fundação

Alentejo

Reforço da provisão constituída no exercício de 2008 de acordo com a actualização notificada pelo Tribunal do Trabalho de Évora para o corrente exercício. Reversão efectuada de acordo com a referida actualização.

23. Subsídios do Governo e Apoio do Governo

23.1) Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos para financiamento de activos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Capital Próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos activos subsidiados.

23.2) Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Évora - Lote 17	FEDER	C.C.R.A.	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	17-03-1994	31-12-2013	180.849,20		180.849,20
		Évora - Lote 18	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	21-09-1994	31-12-2013	154.353,02		154.353,02
		Estremoz	FEDER	PRODEP	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	02-10-1997	31-12-2016	129.828,88		129.828,88
		Imóveis	M. E.	D.E.S.	Aquisição de instalações	Subsidio ao investimento	26-10-1998	31-12-2016	126.026,39		126.026,39
		Kit Tecnológico	1.5	POPH	Aquisição de equipamento	Subsidio ao investimento	22-04-2010	22-03-2014		79.902,00	79.902,00
		Subtotais							591.057,49	79.902,00	670.959,49
	Subsídios à exploração	Ensino Profissional	1.2	POPH	Formação	Subsidio à exploração	01-09-2010	31-08-2011		5.012.179,30	5.012.179,30
		E.F.A.	2.2	POPH	Formação	Subsidio à exploração	19-04-2010	20-01-2012	208.888,99	1.772.455,00	1.981.343,99
		C.R.V.C.C.	2,1	POPH	Formação	Subsidio à exploração	01-01-2010	31-12-2011	307.405,95	1.484.515,12	1.791.921,07
		C.E.I.	5.4	IEFP	Emprego	Subsidio à exploração	02-08-2010	01-06-2011	182,38	282,14	464,52
		F.M.C.	2,3	POPH	Formação	Subsidio à exploração	08-11-2010	31-12-2011	15.540,00	513.601,21	529.141,21
		Subtotais							532.017,32	8.783.032,77	9.315.050,09
Reembolsáveis	...										
	...										
	Subtotais										
Totais								1.123.074,81	8.862.934,77	9.986.009,58	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2010					Período 2009				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com activos	Investimentos	184.200,66	622.357,49				135.598,73	726.656,15				
	Subtotais	184.200,66	622.357,49				135.598,73	726.656,15				
Subsídios relacionados com resultados	Ensino Profissional	4.457.571,67			3.437.474,61		4.258.216,14		3.352.589,09			
	E. F. A.	768.713,26			1.760.348,59		735.606,20		1.015.931,23			
	C.R.V.C.C.	588.483,73			1.199.658,06		653.101,12					
	F.M.C.	4.272,94			509.328,27		83.768,40					
	C.E.F.J.	231.342,88					203.873,53		326.067,68			
	Estágios Profissionais	14.861,91					17.907,39		14.950,79			
	Uhiva						15.047,01					
	Contrato Emprego	780,37			256,37		475,89		402,43			
	Outros	31.190,00										
Subtotais	6.097.216,76			6.907.065,90		5.967.995,68		4.709.941,22				
Reembolsáveis	...											
	...											
	Subtotais											
Totais			6.097.216,76	184.200,66	622.357,49	6.907.065,90	5.967.995,68	135.598,73	726.656,15	4.709.941,22		

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

24. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

25. Acontecimentos após a data do Balanço

25.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram em 28 de Abril de 2011 submetidas à apreciação do Conselho de Administração que após análise e concordância com as mesmas, decidiu nos termos estatutários remeter ao Conselho Geral para emissão de parecer.

O Conselho Fiscal tem o poder de mandar alterar as demonstrações financeiras, caso existam distorções materialmente relevantes.

25.2) Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efectuadas.

25.3) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço, não dando lugar a ajustamentos.

26. Impostos sobre o rendimento

A Fundação Alentejo sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação em 03 de Julho de 2008, conforme Registo nº. 37 está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais.

Deste modo as declarações fiscais da entidade referentes aos anos de 2007 a 2010 poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras.

27. Matérias Ambientais

Não aplicável.

28. Instrumentos Financeiros

28.1) Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

28.2.) Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2010			31.12.2009		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		...						
		Subtotais						
	Activos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	10.043,25		10.043,25	86.842,65		86.842,65
		Adiantamentos a fornecedores	1.366,38		1.366,38	1.366,38		1.366,38
		Outras contas a receber	8.916.059,25		8.916.059,25	6.113.671,08		6.113.671,08
		Subtotais	8.927.468,88		8.927.468,88	6.201.880,11		6.201.880,11
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		...						
		Subtotais						
Totais		8.927.468,88		8.927.468,88	6.201.880,11		6.201.880,11	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados							
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	88.782,80		88.782,80	40.710,27		40.710,27
		Financiamentos obtidos	2.645.311,42		2.645.311,42	1.887.359,15		1.887.359,15
		Outras contas a pagar	364.486,26		364.486,26	489.653,91		489.653,91
		Subtotais	3.098.580,48		3.098.580,48	2.417.723,33		2.417.723,33
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...						
		...						
		Subtotais						
Totais		3.098.580,48		3.098.580,48	2.417.723,33		2.417.723,33	

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

29. Benefícios de empregados

29.1) Número médio de empregados durante o ano

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O número médio de empregados durante o presente ano ascendeu a 148.

Os gastos com os empregados correspondem a:

(valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	31-12-2010
Remunerações do pessoal	2.623.410,54
Encargos s/ remunerações	532.103,86
Outros gastos	14.624,08
Total	3.170.138,48

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

A rubrica «outros gastos» inclui gastos de Acção Social, formação e seguro de acidentes de trabalho.

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

30.1) Honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas (art. 66-A do Código das Sociedades Comerciais)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2010		Período 2009	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	14.425,32	14.425,32	14.365,44	14.365,44
Serviços de garantia de fiabilidade				
Consultoria fiscal				
Outros serviços				
Totais	14.425,32	14.425,32	14.365,44	14.365,44

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

31. Outras informações

31.1) Estado e outros entes públicos

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre o rendimento	(23.454,36)	(22.809,37)
Imposto sobre o valor acrescentado	23.593,58	(3.221,01)
Outros impostos	33.438,14	(65,00)
Contribuições para a Segurança Social	(56.681,29)	(61.607,37)
Total	(23.103,93)	(87.702,75)

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

31.2) Dívidas ao estado e outros e entes públicos em situação de mora.

O saldo da rubrica de estado e outros entes públicos não apresenta dívidas que estejam em situação de mora.

31.3) Diferimentos

(valores expressos em euros)

Devedores por Acréscimos de Rendimentos	2010	2009
Outros acréscimos de rendimentos	42.532,73	560,00
Total	42.532,73	560,00

Credores por Acréscimos de Gastos	2010	2009
Remunerações a liquidar	296.155,25	288.219,74
Juros a liquidar	1.250,61	270,13
Outros acréscimos de gastos	13.773,22	8.395,00
Total	311.179,08	296.884,87

Gastos a Reconhecer	2010	2009
Rendas e alugueres	14.201,27	0,00
Seguros	6.041,31	0,00
Outros	6.377,37	52.804,80
Total	26.619,95	52.804,80

Rendimentos a Reconhecer	2010	2009
Outros rendimentos a reconhecer	6.908.382,38	4.711.377,70
Total	6.908.382,38	4.711.377,70

Activos e Passivos por Impostos Diferidos	2010	2009
Activos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Fonte: DSCT/ Fundação Alentejo

31.4) Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais.

Garantias prestadas:

Caixa Geral de Depósitos – 153.931,05€ emitida ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

Caixa Geral de Depósitos – 123.425,39€ emitida ao Tribunal do Trabalho de Évora

Hipoteca sobre os prédios urbanos sitos, na Avenida Dinis Miranda, Lotes 17 e 18 em Évora e Largo dos Combatentes da Grande Guerra, nº. 6 em Estremoz, até ao montante de 2.908.615,24€, para garantia da utilização de crédito através de conta caucionada na Caixa Geral de Depósitos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernanda de Sousa Gonçalves Carvalho Ramos

João Filipe Chaveiro Libório

José Manuel Leal Saragoça

Paulo Jorge Madeira Piçarra

Carlos Alberto Lourenço Cunha

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Miguel Cameirão

Maio 2011



FUNDAÇÃO ALENTEJO

Av. Dinis Miranda 116 7005-140 Évora | Tel. 2666 759 100 | Fax 266 743 397

www.fundacao-alentejo.pt